

## ÍNDICE DA MATÉRIA

Apresentação da 53ª edição..... XXVII

## Teoria Geral do Direito Processual Civil

## Parte I – Noções Fundamentais

## Capítulo I – Conceito, História e Fontes do Direito Processual Civil

## § 1º – Direito Processual Civil

1 – Noções gerais.....	1
2 – Definição .....	2
3 – Natureza .....	2
4 – Relações com outros ramos do Direito .....	3
5 – Objetivo.....	4
5-a – Novos rumos do direito processual civil .....	5
5-b – Universalidade dos problemas do processo moderno .....	6

## § 2º – História do Direito Processual Civil

6 – Origens .....	8
7 – Evolução: mundo clássico. Grécia .....	8
8 – O processo civil romano.....	9
9 – Processo comum.....	10
10 – O processo civil moderno (fase científica) .....	11
11 – Direito processual civil brasileiro .....	11
12 – Regulamento nº 737.....	12
13 – Códigos estaduais .....	13
14 – Códigos unitários.....	13
15 – O novo Código.....	13
15-a – A reforma do Código e a evolução do direito processual civil .....	14
15-b – A busca da efetividade da tutela jurisdicional.....	15

## § 3º – Fontes do Direito Processual Civil

16 – Noções gerais.....	18
17 – Lei processual .....	18
17-a – A Constituição e os tratados.....	19
18 – A lei processual no tempo .....	20
19 – A lei processual no espaço .....	21
20 – Interpretação das leis processuais .....	21

## § 4º – Princípios Informativos do Direito Processual

21 – Noções gerais: princípios universais.....	23
21-a – Princípios gerais específicos do direito processual civil.....	25
22 – Princípios informativos do processo: princípio do devido processo legal.....	26
22-a – Processo legal e processo justo .....	28
22-b – Direito e processo: instrumentalidade efetiva e celeridade procedimental .....	31

22-c – Processo justo e princípio constitucional da legalidade.....	33
23 – Princípio inquisitivo e princípio dispositivo.....	35
24 – Princípio do contraditório.....	36
25 – Princípio da recorribilidade e do duplo grau de jurisdição.....	38
26 – Princípio da boa-fé e da lealdade processual.....	39
27 – Princípio da verdade real.....	39
28 – Princípios informativos do procedimento: princípio da oralidade.....	41
29 – Princípio da publicidade.....	42
30 – Princípio da economia processual.....	42
30-a – Duração razoável do processo.....	43
31 – Princípio da eventualidade ou da preclusão.....	44

## Capítulo II – Jurisdição, Processo e Ação

§ 5º – Jurisdição	
32 – Imperatividade da ordem jurídica.....	45
33 – Justiça privada e justiça pública.....	45
34 – Jurisdição.....	46
35 – Características da jurisdição.....	48
36 – Imparcialidade e disponibilidade.....	49
37 – Objetivo da jurisdição.....	50
37-a – Efetividade da tutela jurisdicional.....	51
38 – Princípios fundamentais.....	52
39 – Jurisdição civil.....	52
40 – Jurisdição contenciosa e jurisdição voluntária.....	53
41 – Substitutivos da jurisdição.....	54
41-a – A evolução da jurisdição individual para a jurisdição coletiva.....	54
41-b – Panorama global do aprimoramento da jurisdição, na evolução do Estado de Direito.....	56
§ 6º – Processo	
42 – Conceito.....	59
42-a – A importância da definição e estabilização do objeto do processo.....	60
43 – Processo e procedimento.....	61
43-a – Características do procedimento.....	63
44 – Autonomia do processo.....	64
45 – Espécies de processo.....	64
46 – Funções do processo.....	65
47 – Independência dos processos.....	65
47-a – Tutela ordinária e tutelas diferenciadas.....	66
47-b – Tutela ordinária e tutela de urgência.....	67
47-c – Tutela sancionatória e tutela inibitória.....	68
§ 7º – Ação	
48 – O monopólio estatal da justiça.....	69
49 – A ação: direito subjetivo à prestação jurisdicional.....	69
50 – Autonomia do direito de ação.....	70
51 – A evolução do conceito de ação.....	70
51-a – Prestação jurisdicional e tutela jurisdicional.....	72
51-b – A constitucionalização do direito de ação. Restauração do conceito de ação de direito material.....	72
52 – Condições da ação.....	73
53 – Enumeração e conceituação das condições da ação.....	74
53-a – Condições da ação estatuídas pelo Código de Processo Civil.....	76
54 – Pressupostos processuais.....	81

54-a – Inter-relacionamento entre pressupostos processuais, condições da ação e mérito da causa .....	82
55 – Classificação das ações .....	84
55-a – Ação e pretensão.....	85
55-b – Ação e causa .....	86
55-c – Elementos identificadores da causa .....	86
56 – A defesa do réu .....	87
57 – Espécies de resposta .....	88
 <b>Capítulo III – Elementos e Efeitos do Processo</b>	
§ 8º – Elementos do Processo	
58 – Visão dinâmica e estática do processo .....	89
59 – A relação processual.....	90
60 – Classificação dos elementos do processo.....	90
§ 9º – Efeitos da Relação Processual	
61 – Noções gerais.....	91
62 – Direitos processuais.....	91
63 – Obrigações processuais.....	91
64 – Deveres processuais.....	91
65 – Ônus processuais.....	92
 <b>Parte II – Sujeitos do Processo</b>	
 <b>Capítulo IV – Partes e Procuradores</b>	
§ 10 – Partes	
66 – Partes .....	93
67 – Nomenclatura .....	94
68 – Substituição processual .....	94
69 – Substituição de parte (alienação do bem litigioso) .....	96
70 – Capacidade processual .....	96
71 – Capacidade processual das pessoas casadas .....	97
72 – Curatela especial .....	99
73 – Representação das pessoas jurídicas e das pessoas formais .....	100
74 – Incapacidade processual e irregularidade de representação .....	101
§ 11 – Deveres e Direitos das Partes e Procuradores	
75 – Deveres.....	103
75-a – Inovação da Lei nº 10.358, de 27.12.2001 .....	104
76 – Responsabilidade das partes por dano processual.....	105
76-a – Direitos.....	106
76-b – Direito especial dos litigantes idosos e portadores de doenças graves.....	107
§ 12 – Despesas e Multas	
77 – Ônus financeiro do processo.....	108
78 – Antecipação das despesas .....	108
79 – A sucumbência e as obrigações financeiras do processo.....	109
80 – Ressalvas aos efeitos da sucumbência .....	110
81 – Sucumbência recíproca .....	111
82 – Realização da obrigação de pagar as despesas processuais.....	111
83 – Multas.....	112
84 – Honorários de advogado .....	112

<b>X</b>	<b>Curso de Direito Processual Civil</b>	<b>HTJ</b>
85 – Cabimento dos honorários .....		112
86 – Inoperância da sucumbência.....		114
87 – Fixação dos honorários.....		114
88 – Alguns casos especiais de fixação de honorários.....		115
89 – Execução dos honorários de sucumbência.....		117
89-a – Inclusão dos honorários advocatícios no ressarcimento de perdas e danos.....		117
90 – Assistência judiciária.....		118
§ 13 – Advogados		
91 – Capacidade de postulação.....		120
92 – O mandato judicial.....		120
93 – Direitos e deveres.....		121
§ 14 – Substituições das Partes e Procuradores		
94 – Substituição de parte.....		123
95 – Substituição do advogado .....		124
<b>Capítulo V – Pluralidade de Partes</b>		
§ 15 – Litisconsórcio		
96 – Pluralidade de partes .....		125
97 – Classificações.....		125
98 – Espécies de litisconsórcio .....		126
99 – Sistema do Código.....		127
100 – Casos legais de litisconsórcio.....		127
101 – Litisconsórcio necessário.....		129
102 – Litisconsórcio necessário não observado na propositura da ação .....		130
103 – Litisconsórcio facultativo recusável .....		131
104 – Posição de cada litisconsorte no processo .....		132
105 – Autonomia dos litisconsortes para os atos processuais .....		133
§ 16 – Intervenção de Terceiros		
106 – Conceito .....		135
107 – Classificações.....		135
§ 17 – Oposição		
108 – Conceito.....		137
109 – Competência .....		138
110 – Procedimento .....		138
111 – Julgamento da oposição.....		139
§ 18 – Nomeação à Autoria		
112 – Conceito.....		141
113 – Pressuposto da nomeação à autoria .....		141
114 – Procedimento .....		141
114-a – Recurso.....		142
§ 19 – Denúnciação da Lide		
115 – Conceito.....		144
115-a – Responsabilidade civil do Estado e direito regressivo contra o funcionário causador do dano .....		146
116 – Obrigatoriedade da denúnciação da lide .....		148
116-a – Casos de não cabimento da denúnciação da lide .....		149
117 – Objetivo do incidente .....		149

118 – Legitimação .....	149
119 – Procedimento .....	150
120 – Efeitos da denúncia da lide .....	151
120-a – Recursos .....	154
120-b – Execução da sentença .....	154
120-c – Execução da sentença pelo denunciante .....	155
121 – Denúncias sucessivas .....	156
§ 20 – Chamamento ao Processo	
122 – Conceito .....	159
123 – Casos de admissibilidade do incidente .....	159
124 – Procedimento .....	160
124-a – Chamamento ao processo nas ações do consumidor .....	161
124-b – O chamamento ao processo em caso de seguro de responsabilidade civil .....	161
§ 21 – Assistência	
125 – Conceito .....	164
126 – Pressupostos da intervenção .....	164
127 – Assistência simples e assistência litisconsorcial .....	165
128 – Cabimento e oportunidade da intervenção assistencial .....	166
129 – Procedimento .....	166
130 – Poderes e ônus processuais do assistente .....	167
130-a – Assistência provocada .....	168
130-b – O recurso de terceiro prejudicado .....	169

## Capítulo VI – Sujeito Especial do Processo

§ 22 – O Ministério Público	
131 – Conceito .....	173
132 – Funções .....	173
133 – Natureza .....	174
134 – Ministério Público como parte .....	175
135 – Ministério Público como <i>custos legis</i> .....	175
136 – Ausência do Ministério Público no processo .....	176
137 – Órgãos do Ministério Público .....	176
138 – Princípios e garantias .....	176

## Capítulo VII – Juízes

§ 23 – Competência	
139 – Conceito .....	179
140 – Distribuição da competência .....	179
141 – Classificação da competência .....	180
§ 24 – Competência Internacional	
142 – Noções gerais .....	181
143 – Espécies de competência internacional .....	181
144 – Competência concorrente e litispendência .....	182
§ 25 – Competência Interna	
145 – Noções gerais .....	184
146 – Competência em matéria civil .....	185
147 – Competência da Justiça Federal .....	185
148 – Competência das Justiças Estaduais .....	186

§ 26 – Critérios de Determinação da Competência Interna	
149 – Generalidades.....	188
150 – Competência do foro e competência do juiz.....	189
151 – Divisão da competência do foro.....	189
152 – Cumulatividade de juízos competentes.....	189
153 – <i>Perpetuatio iurisdictionis</i> .....	189
§ 27 – Competência em Razão do Valor da Causa e em Razão da Matéria	
154 – Competência em razão do valor da causa.....	192
155 – Competência em razão da matéria.....	192
§ 28 – Competência Funcional	
156 – Conceito.....	193
157 – Classificação.....	193
§ 29 – Competência Territorial	
158 – Conceito.....	195
159 – Foro comum.....	195
160 – Foros subsidiários ou supletivos.....	196
161 – Foros especiais.....	196
162 – Ações reais imobiliárias.....	196
163 – Foro da sucessão hereditária e da ausência.....	197
164 – Foro da União e dos Territórios Federais.....	198
165 – Foros <i>ratione personae</i> .....	199
166 – Foro das pessoas jurídicas.....	200
166-a – Foro dos Estados e Municípios.....	200
167 – Foros <i>ratione loci</i> em matéria de obrigações.....	201
168 – Foro relativo à arbitragem.....	201
168-a – Foro do idoso.....	202
§ 30 – Modificações da Competência	
169 – Competência absoluta e competência relativa.....	203
170 – Prorrogação de competência.....	204
171 – Prorrogação legal.....	204
172 – Efeito prático.....	205
173 – Prevenção.....	206
174 – Outros casos de prorrogação legal.....	208
175 – Conexão entre ação penal e ação civil.....	208
176 – Prorrogação voluntária.....	209
176-a – Derrogação de foros especiais instituídos por leis de ordem pública.....	211
176-b – Prorrogação de competência em caso de foro de eleição ajustado em contrato de adesão.....	212
§ 31 – Declaração de Incompetência	
177 – Verificação de competência.....	214
178 – Exceção de incompetência.....	214
179 – Incompetência absoluta.....	215
179-a – Foro de eleição e declinação de competência (contrato de adesão).....	215
§ 32 – Conflito de Competência	
180 – Noções gerais.....	218
181 – Procedimento do conflito.....	219
182 – Efeitos do conflito.....	220

**Capítulo VIII – Órgãos Judiciários e Auxiliares da Justiça**

§ 33 – Organização Judiciária	
183 – O Poder Judiciário brasileiro .....	222
184 – Duplo grau de jurisdição .....	224
185 – Jurisdição extraordinária .....	224
186 – Competência .....	225
187 – Disciplina da magistratura.....	225
§ 34 – Órgãos Judiciários	
188 – Juízes.....	227
189 – Requisitos de atuação do juiz.....	227
190 – Garantias da magistratura .....	228
191 – Poderes e deveres do juiz .....	228
191-a – Atividade criativa do juiz .....	230
192 – Responsabilidade do juiz .....	231
193 – Garantia de imparcialidade do juiz .....	231
194 – Casuismo legal.....	232
194-a – Juiz-testemunha .....	232
195 – Exclusão do juiz suspeito ou impedido.....	233
§ 35 – Auxiliares da Justiça	
196 – O juízo .....	234
197 – Escrivão .....	234
198 – Oficial de justiça.....	235
199 – Perito .....	236
200 – Depositário e administrador.....	236
201 – Intérprete.....	237
202 – Outros auxiliares eventuais.....	237

**Parte III – Atos Processuais****Capítulo IX – Fatos Jurídicos Processuais**

§ 36 – Atos Processuais	
203 – Conceito.....	239
204 – Agentes .....	240
205 – Atos do processo e atos do procedimento.....	240
206 – Classificação dos atos processuais .....	241
207 – Forma dos atos processuais.....	242
208 – Publicidade .....	243
209 – Meios de expressão.....	244
209-a – O uso de sistema de transmissão de dados.....	244
209-b – O grande programa de implantação do processo eletrônico no Brasil .....	246
209-c – O processo eletrônico no STF .....	248
§ 37 – Atos da Parte	
210 – Conceito e classificação .....	250
211 – Eficácia dos atos das partes .....	251
212 – Petições e autos suplementares .....	251
213 – Cotas marginais e lineares nos autos.....	251

§ 38 – Atos do Juiz	
214 – Atividade processual do juiz.....	252
215 – Atos decisórios .....	252
216 – Definições legais .....	253
217 – Decisão interlocutória.....	253
218 – Despachos .....	254
219 – Sentença.....	255
220 – Atos não decisórios .....	257
221 – Forma dos atos decisórios.....	257
§ 39 – Atos do Escrivão ou do Chefe de Secretaria	
222 – Documentação e comunicação dos atos processuais .....	259
223 – Autuação .....	260
224 – Termos processuais .....	260
225 – Forma dos termos .....	260

### Capítulo X – O Ato Processual no Tempo e no Espaço

§ 40 – O Tempo e o Lugar dos Atos Processuais	
226 – O tempo .....	263
227 – Feriados e férias forenses .....	264
228 – O lugar .....	266
§ 41 – Prazos	
229 – Disposições gerais.....	267
230 – Classificação .....	268
231 – Natureza dos prazos.....	268
232 – O curso dos prazos.....	269
233 – Contagem dos prazos: termo inicial .....	270
233-a – Contagem dos prazos no processo eletrônico .....	273
234 – Prazos para recurso.....	274
234-a – Ciência inequívoca.....	275
235 – Termo final .....	276
236 – Preclusão .....	276
237 – Prazos para as partes.....	277
238 – Prazos para o juiz e seus auxiliares .....	277
239 – Prazos para o Ministério Público e a Fazenda Pública .....	278
240 – Verificação dos prazos e penalidades: prazos dos serventuários .....	278
241 – Inobservância de prazo da parte.....	279
242 – Inobservância dos prazos do juiz .....	279

### Capítulo XI – O Intercâmbio Processual

§ 42 – Atos de Comunicação Processual e Atos Fora da Circunscrição Territorial do Juízo	
243 – Intercâmbio processual.....	281
244 – Forma dos atos de comunicação .....	281
244-a – A comunicação eletrônica .....	282
245 – Atos processuais fora dos limites territoriais do juízo.....	282
246 – Requisitos das cartas .....	282
247 – Cumprimento das cartas .....	283
248 – Cartas urgentes.....	283
249 – Custas nas cartas .....	284
250 – Cartas rogatórias .....	284

§ 43 – Citação	
251 – Conceito.....	285
252 – Suprimento da citação.....	285
253 – Destinatário da citação inicial.....	286
254 – Local da citação.....	287
255 – Impedimento legal de realização da citação.....	287
256 – Modos de realizar a citação.....	287
257 – Citação por oficial de justiça.....	288
258 – Citação com hora certa.....	289
259 – Citação pelo Correio.....	290
260 – Citação por edital.....	291
260-a – Citação por meio eletrônico.....	293
261 – Responsabilidade do promovente da citação-edital.....	293
262 – Efeitos da citação.....	293
263 – Prevenção.....	294
264 – Litispendência.....	294
265 – Litigiosidade.....	294
266 – Mora.....	294
267 – Prescrição.....	295
268 – Antecipação do efeito interruptivo da prescrição.....	296
268-a – A força de interpelação reconhecida à citação.....	296

§ 44 – Intimações	
269 – Conceito.....	298
270 – Forma.....	298
271 – Intimação pelo escrivão ou oficial de justiça.....	300
272 – Aperfeiçoamento da intimação.....	301
273 – Intimação em audiência.....	302
274 – Intimação por edital ou com hora certa.....	302
275 – Efeitos da intimação.....	302
275-a – Intimação pessoal do órgão do Ministério Público, do Defensor Público e do Procurador da Fazenda Pública.....	303

## Capítulo XII – Outros Atos Processuais

§ 45 – Registro, Distribuição e Valor da Causa	
276 – Noções introdutórias.....	305
277 – Registro.....	305
278 – Distribuição.....	305
279 – Distribuição por dependência.....	306
279-a – Distribuição por dependência como medida de coibição à má-fé processual.....	307
280 – Valor da causa.....	310
281 – Impugnação ao valor da causa.....	312

## Capítulo XIII – Vícios do Ato Processual

§ 46 – Nulidade	
282 – Conceito.....	313
283 – Espécies de vícios do ato processual.....	313
284 – Atos inexistentes.....	314
284-a – Noção de nulidade.....	314
285 – Atos absolutamente nulos.....	314
286 – Atos relativamente nulos.....	315

287 – Nulidade do processo e nulidade do ato processual.....	316
288 – Sistema de nulidades do Código .....	316
289 – Nulidades cominadas pelo Código .....	317
290 – Nulidades da citação e intimação .....	318
291 – Arguição das nulidades .....	318
292 – Momento da arguição .....	318
293 – Decretação de nulidade .....	319
294 – Efeitos da decretação.....	319

## Parte IV – Instauração, Crise e Fim do Processo

### Capítulo XIV – Formação, Suspensão e Extinção do Processo

§ 47 – Introdução	
295 – Noções gerais.....	321
§ 48 – Formação do Processo	
296 – O processo.....	322
297 – Sujeitos da relação jurídico-processual .....	322
298 – Início do processo.....	324
299 – Formação gradual da relação processual.....	324
300 – Estabilização do processo .....	325
301 – Alteração do pedido.....	325
302 – Alterações subjetivas.....	325
§ 49 – Suspensão do Processo	
303 – Conceito.....	327
304 – Os casos de suspensão do processo .....	327
305 – Suspensão por morte ou perda de capacidade processual.....	328
306 – Suspensão por convenção das partes .....	329
307 – Suspensão em razão de exceção .....	329
308 – Suspensão por prejudicialidade .....	330
309 – Prejudicialidade e conexão.....	330
310 – Suspensão por motivo de força maior .....	331
311 – Outros casos legais de suspensão .....	331
312 – Férias e suspensão do processo.....	332
§ 50 – Extinção do Processo (I)	
313 – Encerramento da relação processual.....	333
314 – Extinção do processo sem julgamento do mérito.....	333
315 – Indeferimento da inicial.....	334
316 – Abandono da causa.....	334
317 – Ausência de pressupostos processuais.....	335
318 – Perempção .....	336
319 – Litispendência e coisa julgada.....	336
320 – Condições da ação.....	337
321 – Convenção de arbitragem .....	338
322 – Desistência da ação .....	339
323 – Intransmissibilidade da ação .....	340
324 – Confusão entre autor e réu .....	340
325 – Efeito da extinção do processo sem julgamento do mérito.....	340
326 – Iniciativa da extinção do processo .....	341

326-a – Saneamento do processo, quando o defeito for suprível.....	341
§ 51 – Extinção do Processo (II)	
327 – Extinção do processo com resolução de mérito .....	342
328 – Acolhimento ou rejeição do pedido.....	343
329 – Reconhecimento do pedido pelo réu .....	343
330 – Transação .....	344
330-a – Retratação e rescisão de transação .....	345
331 – Prescrição e decadência .....	345
331-a – A prescrição e os diversos tipos de ação .....	346
332 – Renúncia ao direito.....	347

## Processo de Conhecimento

### Parte V – Processo e Procedimento

#### Capítulo XV – Procedimento Comum e Procedimentos Especiais

§ 52 – Processo e Procedimentos de Cognição	
333 – Processo.....	349
334 – Procedimento .....	350
335 – Procedimentos no processo de cognição.....	350
336 – Procedimentos especiais: jurisdição contenciosa e jurisdição voluntária .....	351
337 – Esquema do procedimento ordinário .....	351
338 – Fases do procedimento ordinário .....	352
339 – Fase postulatória.....	352
340 – Fase saneadora.....	352
341 – Fase instrutória .....	353
342 – Fase decisória.....	353
342-a – Adequação do procedimento .....	353
§ 53 – Procedimento Sumário	
343 – Causas de rito sumário .....	356
343-a – Elenco das causas sujeitas ao procedimento sumário .....	357
344 – Outras causas de procedimento sumário .....	359
345 – Indisponibilidade do rito sumário .....	359
346 – O procedimento .....	360
347 – A petição inicial e seu despacho .....	361
348 – A citação e a resposta do réu .....	362
349 – Audiência de conciliação .....	363
349-a – Audiência de instrução e julgamento .....	365
350 – Revelia.....	365
351 – Declaratória incidental, intervenção de terceiros, litisconsórcio e assistência.....	366
352 – Direito intertemporal .....	366

### Parte VI – Procedimento Ordinário

#### Capítulo XVI – Fase de Postulação

§ 54 – Petição Inicial	
353 – Petição inicial .....	369

354 – Requisitos da petição inicial.....	370
355 – Despacho da petição inicial .....	371
356 – Casos de indeferimento da petição inicial .....	373
356-a – Indeferimento da petição inicial com base em prescrição .....	374
357 – Extensão do indeferimento .....	377
357-a – Julgamento imediato do pedido na apreciação da petição inicial.....	377
357-a-1 – Intimação da sentença prima facie.....	378
357-b – Recurso contra o julgamento prima facie .....	379
357-c – Preservação do contraditório e ampla defesa.....	379
358 – Efeitos do despacho da petição inicial .....	380
§ 55 – O Pedido	
359 – Petição inicial .....	381
360 – Pedido.....	381
361 – Requisitos do pedido.....	382
362 – Pedido concludente.....	382
363 – Pedido genérico .....	382
364 – Pedido cominatório .....	383
365 – Pedido alternativo .....	384
366 – Pedidos sucessivos .....	384
367 – Pedido de prestações periódicas .....	385
368 – Pedido de prestação indivisível .....	385
369 – Pedidos cumulados .....	385
370 – Espécies de cumulação de pedidos.....	386
371 – Interpretação do pedido.....	387
372 – Aditamento do pedido .....	387
372-a – Modificação do pedido.....	388
372-b – Antecipação de tutela no processo de conhecimento.....	388
372-c – Fungibilidade das medidas cautelares e antecipatórias.....	391
372-d – A efetivação da tutela antecipada.....	393
372-e – Tutela antecipada parcial.....	394
372-f – Recurso manejável diante do deferimento da tutela antecipada .....	396
§ 56 – A Resposta do Réu	
373 – A defesa do réu.....	397
374 – A resposta do réu .....	397
375 – Espécies de defesa.....	398
376 – Defesa processual .....	398
377 – Defesa de mérito .....	399
378 – Reconvenção.....	399
379 – Síntese .....	400
§ 57 – Contestação	
380 – Conceito.....	401
381 – Conteúdo e forma da contestação .....	401
382 – Ônus da defesa especificada.....	402
383 – Preliminares da contestação.....	403
384 – Conhecimento ex officio das preliminares.....	405
385 – Réplica ou impugnação do autor.....	405
§ 58 – Exceções	
386 – Conceito.....	406
387 – Prazo.....	406
388 – Efeito da exceção.....	407

389 – Exceção de incompetência. Cabimento.....	408
390 – Procedimento .....	408
391 – Exceções de impedimento e de suspeição .....	409
§ 59 – Reconvenção	
392 – Conceito.....	413
393 – Pressupostos da reconvenção.....	413
393-a – Reconvenção e compensação .....	416
394 – Procedimento .....	416
394-a – Reconvenção sem contestação .....	418
395 – Extinção do processo principal.....	418
§ 60 – Revelia e Reconhecimento do Pedido	
396 – Revelia.....	419
397 – Os efeitos da revelia .....	420
398 – Alteração do pedido.....	422
399 – Reconhecimento da procedência do pedido.....	422

### Capítulo XVII – Fase de Saneamento

§ 61 – Providências Preliminares	
400 – Conceito.....	423
401 – Réplica do autor .....	424
402 – Revelia e provas .....	424
403 – Intervenção do Ministério Público.....	424
404 – Ação declaratória incidental.....	425
405 – Outras providências preliminares .....	426
§ 62 – Julgamento conforme o Estado do Processo	
406 – Conceito.....	427
407 – Extinção do processo.....	428
408 – Julgamento antecipado da lide.....	428
408-a – Audiência preliminar .....	429
§ 63 – Saneamento do Processo	
409 – Despacho saneador .....	433
410 – Cabimento.....	433
411 – Conteúdo.....	434
412 – Efeito preclusivo.....	435
413 – Formas do despacho saneador.....	435

### Capítulo XVIII – Fase Probatória

§ 64 – A Prova	
414 – Conceito.....	437
415 – Características da prova .....	438
416 – Objeto da prova.....	439
417 – Finalidade e destinatário da prova .....	441
418 – Valoração da prova.....	441
419 – O sistema do Código .....	442
420 – Poder de instrução do juiz .....	443
421 – Ônus da prova .....	446
422 – Sistema legal do ônus da prova.....	447

422-a – Conflito de versões sobre o fato constitutivo do direito do autor .....	448
422-b – Distribuição dinâmica do ônus da prova .....	448
422-c – Ônus da prova nas ações do consumidor.....	450
423 – Convenção sobre ônus da prova .....	452
424 – Meios de prova .....	452
424-a – Prova por presunção.....	453
424-b – Presunção legal e ficção legal.....	454
425 – Procedimento probatório .....	454
426 – Instrução através de carta .....	455
427 – Dever de colaboração com a Justiça .....	456
§ 65 – Depoimento Pessoal	
428 – Conceito.....	457
429 – Sanção decorrente do ônus de prestar depoimento pessoal .....	457
430 – Legitimação para o depoimento.....	458
431 – Objeto do depoimento pessoal.....	458
432 – Procedimento .....	458
§ 66 – Confissão	
433 – Conceito.....	460
434 – Requisitos da confissão.....	461
435 – Classificações.....	461
436 – Efeitos da confissão .....	462
437 – Indivisibilidade da confissão.....	462
438 – Valor da confissão extrajudicial.....	463
§ 67 – Exibição de Documento ou Coisa	
439 – Conceito.....	464
440 – Oportunidade da medida .....	464
441 – Legitimação .....	465
442 – Procedimento e efeitos da exibição requerida contra parte.....	465
443 – Procedimento e consequências da exibição requerida contra terceiro.....	467
§ 68 – Prova Documental	
444 – Conceito.....	471
445 – Força probante dos documentos .....	472
446 – Documentos públicos.....	472
447 – Documentos particulares .....	474
448 – Valor probante do documento particular.....	475
449 – Telegramas, cartas, registros domésticos .....	476
450 – Livros comerciais.....	477
451 – Reprodução de documentos particulares .....	478
452 – Reproduções mecânicas de coisas ou fatos .....	479
453 – Documentos viciados em sua forma.....	480
454 – Falsidade documental.....	480
455 – Espécies de falsidade .....	481
456 – Ônus da prova.....	482
457 – O incidente de falsidade.....	483
458 – Procedimento do incidente de falsidade .....	483
458-a – Facultatividade do incidente de falsidade.....	485
459 – Produção da prova documental .....	485
460 – Desentranhamento de documentos .....	487

§ 69 – Prova Testemunhal	
461 – Conceito.....	489
462 – Valor probante das testemunhas .....	489
463 – Direitos e deveres da testemunha .....	491
464 – A produção da prova testemunhal.....	494
464-a – Inovação do procedimento da prova testemunhal (Lei nº 10.358, de 27.12.2001) .....	498
§ 70 – Prova Pericial	
465 – Conceito.....	499
466 – Admissibilidade da perícia.....	500
467 – O perito.....	502
468 – O procedimento da prova pericial .....	502
469 – Valor probante da perícia .....	505
470 – Nova perícia .....	506
§ 71 – Inspeção Judicial	
471 – Conceito.....	508
472 – Procedimento .....	508
§ 72 – Audiência de Instrução e Julgamento	
473 – Audiência .....	510
474 – Características da audiência.....	510
475 – Atos preparatórios.....	512
476 – Adiamento da audiência .....	512
477 – Antecipação de audiência.....	514
478 – Conciliação.....	514
479 – Procedimento da conciliação.....	516
480 – Instrução e julgamento.....	516
481 – Documentação da audiência.....	518

### Capítulo XIX – Fase Decisória

§ 73 – Noções Introdutórias	
482 – Conceito de processo .....	521
483 – Conteúdo e finalidade do processo .....	521
§ 74 – Sentença	
484 – Definição legal e classificação doutrinária .....	523
485 – Natureza da sentença definitiva.....	524
486 – Função da sentença definitiva.....	525
486-a – Função da sentença terminativa.....	526
§ 75 – Estrutura e Formalidades da Sentença	
487 – Conteúdo da sentença .....	527
488 – Relatório.....	527
489 – Motivação.....	528
490 – Dispositivo da sentença.....	529
491 – Condições formais da sentença.....	529
492 – Clareza.....	530
493 – Precisão .....	530
493-a – A precisão da sentença que tenha por objeto obrigação de fazer ou não fazer .....	531
493-a-1 – Regras especiais de tutela às obrigações de entrega de coisa.....	533

493-a-2 – Regras especiais de tutela das obrigações de quantia certa .....	534
493-a-3 – Sentença condenatória ilíquida .....	535
493-b – Princípio da demanda e princípio da congruência .....	535
494 – Publicação e intimação da sentença .....	536
495 – Efeitos da publicação .....	537
496 – Correção e integração da sentença .....	538
496-a – Nulidade da sentença <i>ultra petita</i> , <i>citra petita</i> e <i>extra petita</i> .....	539
496-b – Interpretação da sentença .....	540
§ 76 – Classificação das Sentenças	
497 – Classificações .....	543
498 – Sentenças declaratórias .....	544
499 – Sentenças condenatórias .....	544
500 – Sentença constitutiva .....	546
501 – Momento de eficácia da sentença .....	547
502 – Multiplicidade de efeitos da sentença .....	547
§ 77 – Efeitos da Sentença	
503 – Conceito .....	548
504 – Entrega da prestação jurisdicional .....	548
504-a – Classificação das sentenças quanto aos efeitos .....	549
505 – Hipoteca judiciária .....	550
506 – Outros efeitos secundários da sentença .....	551
§ 78 – Coisa Julgada	
507 – A conceituação de coisa julgada no novo Código .....	552
507-a – Sentença, efeitos e coisa julgada .....	553
507-b – Coisa julgada administrativa .....	555
507-c – Coisa julgada total e parcial .....	556
508 – Coisa julgada formal e material .....	558
508-a – Terminologia do julgamento de mérito .....	560
509 – Fundamento da autoridade da coisa julgada .....	561
510 – Arguição da coisa julgada .....	561
510-a – Dimensões possíveis da exceção de coisa julgada .....	562
510-b – Efeitos positivos e negativos da coisa julgada .....	563
511 – Preclusão .....	564
§ 79 – Limites da Coisa Julgada	
512 – Limites objetivos .....	567
513 – Motivos da sentença .....	569
514 – Verdade dos fatos .....	572
515 – Questões prejudiciais .....	572
516 – Questões implicitamente resolvidas .....	573
516-a – A eficácia preclusiva da coisa julgada .....	574
517 – Duplo grau de jurisdição (remessa ex officio ou reexame necessário) .....	576
517-a – Inovações da Lei nº 10.352, de 26.12.2001, sobre reexame necessário .....	578
518 – Limites subjetivos .....	580
518-a – Coisa julgada nas ações coletivas .....	581
519 – Causas de estado .....	583
520 – Relações jurídicas continuativas e outros casos de rejuvimentos .....	583
520-a – Limites temporais da coisa julgada .....	584
520-b – Extensão da coisa julgada ao terceiro adquirente do bem litigioso .....	584
521 – Execução forçada e coisa julgada .....	586

## Parte VII – Recursos

## Capítulo XX – Sistema Recursal do Processo Civil

§ 80 – Recursos	
522 – Conceito .....	589
523 – Fundamento do direito de recurso .....	590
524 – Atos sujeitos a recurso.....	590
525 – Recursos admissíveis .....	591
525-a – Reclamação .....	592
526 – Correição parcial.....	593
526-a – A técnica de julgamento dos recursos .....	594
526-b – Reformatio <i>in pejus</i> .....	595
§ 81 – Princípios Gerais dos Recursos	
527 – Duplo grau de jurisdição .....	596
528 – Legitimação para recorrer .....	597
528-a – Particularidades do recurso de terceiro.....	598
529 – Legitimidade do Ministério Público para recorrer .....	598
530 – Pressupostos objetivos do recurso .....	599
531 – Recorribilidade da decisão .....	599
532 – Tempestividade.....	599
532-a – Recurso interposto antes da publicação do julgado.....	601
532-b – Recurso interposto antes do julgamento de embargos de declaração pendentes.....	603
533 – Casos especiais de interrupção do prazo de recurso.....	604
534 – Singularidade do recurso.....	604
535 – Adequação e fungibilidade dos recursos .....	604
536 – Preparo .....	606
537 – Motivação e forma .....	607
537-a – Efeitos do recurso .....	607
537-b – Efeito substitutivo .....	608
538 – Renúncia e desistência em matéria de recursos.....	609
539 – Aceitação expressa ou tácita da sentença.....	609
540 – Recurso adesivo.....	610
540-a – Julgamento singular e coletivo do recurso em segundo grau.....	611
540-b – A recorribilidade necessária da decisão singular do relator.....	613
§ 82 – A Apelação	
541 – Conceito.....	615
541-a – A nova definição de sentença e sua repercussão na esfera recursal .....	616
542 – Interposição da apelação.....	618
543 – Efeitos da apelação.....	619
543-a – Inovação da Lei nº 10.352, de 26.12.2001, a respeito do efeito devolutivo da apelação.....	623
543-a-1 – Questão de fato e questão de direito .....	624
543-a-2 – Polêmica acerca da inovação operada no § 3º do art. 515 .....	625
543-a-3 – Prescrição e decadência .....	627
543-a-4 – A apelação e as nulidades sanáveis do processo.....	628
543-b – Inovação da Lei nº 10.352, de 26.12.2001, a respeito do efeito suspensivo da apelação.....	629
544 – Recebimento da apelação.....	629
544-a – A recorribilidade da sentença proferida em conformidade com súmula do STJ ou do STF.....	630

544-b – Juízo de retratação: reexame dos pressupostos de admissibilidade da apelação já recebida .....	631
544-c – Juízo de retratação: reexame da matéria decidida na sentença apelada por ato de seu próprio prolator .....	632
545 – Deserção.....	632
546 – Prazo para interposição da apelação .....	634
547 – Julgamento em segunda instância.....	634
§ 83 – Agravo	
548 – Conceito.....	636
549 – Espécies de agravo.....	637
550 – Agravo retido .....	638
550-a – Agravo retido interposto oralmente .....	639
550-b – Juízo de retratação no agravo retido .....	640
550-c – Agravo retido após a sentença .....	640
551 – Agravo de instrumento .....	641
551-a – Formação do instrumento do agravo .....	643
552 – Efeitos do agravo de instrumento.....	644
553 – Processamento do agravo de instrumento .....	645
553-a – Inovações registradas a partir das Leis nos 10.352/2001 e 11.187/2005.....	647
554 – O contraditório .....	648
554-a – Outras observações sobre o atual regime do agravo de instrumento.....	649
554-b – Formação da coisa julgada antes do julgamento do agravo.....	650
§ 84 – Embargos Infringentes	
555 – Conceito.....	653
556 – Processamento.....	655
557 – Embargos adesivos.....	655
557-a – Outras observações sobre os embargos infringentes .....	655
557-b – Inovações da Lei nº 10.352, de 26.12.2001, sobre os embargos infringentes.....	656
557-c – Legitimação para embargar.....	657
557-d – Particularidades dos embargos infringentes em face da exceção de prescrição.....	658
§ 85 – Embargos de Declaração	
558 – Conceito.....	660
559 – Pressupostos dos embargos de declaração.....	660
560 – Procedimento .....	661
561 – Efeito interruptivo.....	661
561-a – Efeito suspensivo .....	662
562 – Embargos manifestamente protelatórios .....	663
§ 86 – Uniformização da Jurisprudência	
563 – Recurso de revista .....	666
564 – Uniformização da jurisprudência .....	666
565 – Pressupostos do incidente .....	666
566 – Legitimação para a provocação do incidente.....	667
567 – Apreciação do incidente .....	668
567-a – A uniformização de jurisprudência no âmbito dos Juizados Especiais.....	668
568 – Súmula jurisprudencial.....	669
568-a – Súmula vinculante .....	670
568-b – Regulamentação da súmula vinculante .....	671
§ 87 – Recursos para o Supremo Tribunal Federal e para o Superior Tribunal de Justiça	
569 – Introito .....	675

570 – Recurso ordinário para o Supremo Tribunal Federal .....	676
571 – Recurso extraordinário.....	676
572 – Pressupostos do recurso extraordinário.....	677
572-a – Repercussão geral das questões constitucionais debatidas no recurso extraordinário.....	679
572-b – Conceituação legal de decisão que oferece repercussão geral .....	681
572-c – Procedimento no STF.....	681
572-d – Reflexos do reconhecimento da falta de repercussão geral .....	682
572-e – O procedimento regimental de apreciação da arguição de repercussão geral pelo Plenário do STF.....	683
572-f – Formas de solução tácita da arguição de repercussão geral.....	684
572-g – Recursos manejáveis contra as decisões locais, após o pronunciamento do Supremo Tribunal Federal sobre a arguição de repercussão geral .....	685
573 – Função do recurso extraordinário .....	686
574 – Efeitos do recurso extraordinário .....	686
574-a – Obtenção de efeito suspensivo excepcional para o recurso extraordinário.....	687
575 – Processamento do recurso extraordinário.....	688
575-a – Agravo nos próprios autos contra a inadmissão do recurso extraordinário.....	689
575-b – O preparo dos recursos para o STF e para o STJ.....	691
575-c – O recurso extraordinário por via eletrônica .....	692
575-d – Julgamento do recurso e julgamento da causa .....	692
576 – Poderes do relator.....	694
576-a – Recursos para o Superior Tribunal de Justiça .....	695
576-b – Recurso especial.....	696
576-c – Jurisprudência formada antes da Constituição de 1988 .....	697
576-d – Jurisprudência do STJ formada após a Constituição de 1988 .....	697
576-e – Recurso especial fundado em dissídio jurisprudencial.....	701
576-f – Obtenção de efeito suspensivo excepcional para o recurso especial.....	702
576-g – O recurso especial e as causas repetitivas .....	703
576-h – Procedimento traçado nas causas repetitivas para observância do tribunal de origem.....	704
576-i – Procedimento traçado nas causas repetitivas para observância do STJ .....	704
576-j – Efeitos do acórdão da Seção ou da Corte Especial do STJ nas causas repetitivas .....	705
576-l – Regulamentação regimental e Direito intertemporal nas causas repetitivas.....	706
576-m – Concomitância de recurso extraordinário e recurso especial.....	707
576-n – Concomitância de embargos infringentes e recursos para o Supremo Tribunal Federal ou Superior Tribunal de Justiça .....	707
576-o – Embargos admissíveis nos julgamentos do Superior Tribunal de Justiça.....	709
576-p – Embargos perante o Supremo Tribunal Federal.....	710
576-q – Reclamação perante o STF e o STJ.....	711
576-r – Recurso especial ou extraordinário retido.....	714
576-s – Destrançamento dos recursos retidos.....	716
576-t – Força vinculante das decisões do Supremo Tribunal Federal.....	716
§ 88 – Direito Intertemporal em Matéria de Recursos .....	
577 – Posição do novo Código .....	720
578 – Princípios norteadores do Direito intertemporal dos recursos.....	720

## Parte VIII – O Processo nos Tribunais

### Capítulo XXI – Noções Gerais

§ 89 – O Processo nos Tribunais .....	
579 – Duplo grau de jurisdição .....	723

580 – Competência dos tribunais.....	723
581 – Características dos processos de competência originária dos tribunais .....	724
582 – Casos de competência originária dos tribunais .....	724
583 – Posição da matéria no novo Código de Processo Civil .....	726
584 – O funcionamento dos tribunais .....	726
585 – O sistema de julgamento dos tribunais .....	727
585-a – Inovações da Lei nº 10.352, de 26.12.2001, sobre os julgamentos pelos tribunais ...	729
585-b – Adiamento e retomada do julgamento de tribunal .....	730
§ 90 – Homologação de Sentença Estrangeira	
586 – A eficácia da sentença estrangeira .....	733
587 – O sistema nacional.....	733
588 – A homologação da sentença estrangeira.....	734
589 – Natureza da decisão homologatória .....	735
590 – O procedimento .....	736
591 – A execução .....	736
§ 91 – Declaração de Inconstitucionalidade	
592 – O controle da constitucionalidade no direito brasileiro .....	737
593 – Regulamentação legal .....	737
594 – O incidente de arguição de inconstitucionalidade nos tribunais.....	738
595 – Objeto da arguição de inconstitucionalidade .....	738
596 – Iniciativa de arguição .....	739
597 – Momento da arguição .....	739
598 – Competência para apreciar o cabimento do incidente .....	739
599 – O julgamento da arguição.....	739
§ 92 – Ação Rescisória	
600 – Conceito.....	742
601 – Pressupostos .....	744
602 – Casos de admissibilidade da rescisória .....	746
603 – Prevaricação, concussão ou corrupção do juiz (art. 485, I) .....	747
604 – Impedimento ou incompetência absoluta do juiz (art. 485, II) .....	747
605 – Dolo da parte vencedora (art. 485, III).....	748
606 – Colusão para fraudar a lei (art. 485, III) .....	749
607 – Ofensa à coisa julgada (art. 485, IV) .....	749
608 – Violação de literal disposição de lei (art. 485, V) .....	750
608-a – Ofensa à norma constitucional (ainda o art. 485, V).....	751
609 – Falsidade de prova (art. 485, VI) .....	752
610 – Documento novo (art. 485, VII) .....	753
611 – Confissão, desistência ou transação inválidas (art. 485, VIII).....	754
612 – Erro de fato (art. 485, IX) .....	754
613 – Atos judiciais não sujeitos à ação rescisória .....	755
613-a – Sentença homologatória em processo contencioso .....	757
614 – Legitimação .....	758
614-a – Competência .....	759
615 – O pedido: <i>judicium rescindens</i> e <i>judicium rescissorium</i> .....	760
616 – Multa de 5% sobre o valor da causa.....	760
617 – A execução da sentença rescindenda .....	761
618 – Indeferimento da inicial .....	762
619 – Procedimento .....	762
620 – Natureza e conteúdo da decisão .....	763
620-a – A rescisória e os direitos adquiridos por terceiros de boa-fé.....	764

620-b – Preservação de efeitos da sentença rescindida .....	767
621 – Rescisória de rescisória.....	767
622 – Prazo de propositura da ação rescisória.....	768
622-a – Rescisão de sentença complexa ou de coisa julgada formada progressivamente.....	770
622-b – A Súmula nº 401 do Superior Tribunal de Justiça.....	773
622-c – Prorrogação de competência do STF e do STJ em matéria de rescisória.....	774
623 – Sentença nula de pleno direito .....	775
Bibliografia .....	779
Índice Onomástico.....	791
Índice Alfabético de Assuntos .....	795
Índice dos Fluxogramas.....	823

**HUMBERTO THEODORO JÚNIOR**

CURSO *de* **DIREITO**  
**PROCESSUAL**  
**CIVIL** *Volume II*

**53<sup>a</sup>** Revista,  
atualizada  
edição e ampliada

**Procedimentos Especiais**

Codificados (de Jurisdição  
Contenciosa e de Jurisdição Voluntária)  
e de Legislação Extravagante



- A EDITORA FORENSE se responsabiliza pelos vícios do produto no que concerne à sua edição (impressão e apresentação a fim de possibilitar ao consumidor bem manuseá-lo e lê-lo). Nem a editora nem o autor assumem qualquer responsabilidade por eventuais danos ou perdas a pessoa ou bens, decorrentes do uso da presente obra.
- Nas obras em que há material suplementar *on-line*, o acesso a esse material será disponibilizado somente durante a vigência da respectiva edição. Não obstante, a editora poderá franquear o acesso a ele por mais uma edição.
- Todos os direitos reservados. Nos termos da Lei que resguarda os direitos autorais, é proibida a reprodução total ou parcial de qualquer forma ou por qualquer meio, eletrônico ou mecânico, inclusive através de processos xerográficos, fotocópia e gravação, sem permissão por escrito do autor e do editor.

Impresso no Brasil – *Printed in Brazil*

- Direitos exclusivos para o Brasil na língua portuguesa

Copyright © 2019 by

**EDITORA FORENSE LTDA.**

Uma editora integrante do GEN | Grupo Editorial Nacional

Travessa do Ouvidor, 11 – Térreo e 6º andar – 20040-040 – Rio de Janeiro – RJ

Tel.: (21) 3543-0770 – Fax: (21) 3543-0896

faleconosco@grupogen.com.br | www.grupogen.com.br

- O titular cuja obra seja fraudulentamente reproduzida, divulgada ou de qualquer forma utilizada poderá requerer a apreensão dos exemplares reproduzidos ou a suspensão da divulgação, sem prejuízo da indenização cabível (art. 102 da Lei n. 9.610, de 19.02.1998). Quem vender, expuser à venda, ocultar, adquirir, distribuir, tiver em depósito ou utilizar obra ou fonograma reproduzidos com fraude, com a finalidade de vender, obter ganho, vantagem, proveito, lucro direto ou indireto, para si ou para outrem, será solidariamente responsável com o contrafator, nos termos dos artigos precedentes, respondendo como contrafatores o importador e o distribuidor em caso de reprodução no exterior (art. 104 da Lei n. 9.610/98).

1ª edição – 1985

53ª edição – 2019

- Capa: Danilo Oliveira
- Data de fechamento: 04.12.2018

- **CIP – BRASIL. CATALOGAÇÃO NA FONTE.**  
**SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ.**

T355c

Theodoro Júnior, Humberto

Curso de Direito Processual Civil – vol. II / Humberto Theodoro Júnior. – 53. ed. – Rio de Janeiro: Forense, 2019.

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-309-8386-4

1. Direito processual civil - Brasil. I. Título.

18-53968

CDU: 347.9(81)

# Índice da Matéria

## PROCEDIMENTOS ESPECIAIS

### Parte I – Procedimentos Especiais de Jurisdição Contenciosa

#### *Capítulo I – Procedimentos Especiais*

§ 1º Generalidades.....	3
1. Introdução .....	3
2. Razão de ser dos procedimentos especiais .....	5
3. Casuísmo do Código.....	6
4. Técnicas de especialização procedimental.....	7
5. Complementação das regras procedimentais .....	9
6. Pressupostos dos procedimentos especiais .....	10
7. Erro na adoção do procedimento .....	10
8. Ações especiais suprimidas pelo novo CPC .....	13
8.1. A instituição do reconhecimento de usucapião pela via administrativa.....	17
8.2. Requerimento e documentação .....	17
8.3. Notificações .....	18
8.4. Notificação por meio eletrônico .....	18
8.5. Notificação por edital .....	19
8.6. Conclusão do procedimento .....	19

#### *Capítulo II – Ação de Consignação em Pagamento*

§ 2º Os fundamentos do depósito em consignação .....	21
9. O direito de pagar .....	21
10. A liberação natural e a liberação forçada do devedor .....	22
11. A ação de consignação em pagamento .....	23
12. Histórico da consignação em pagamento .....	23
§ 3º O procedimento da consignação em pagamento .....	25
13. Natureza do instituto da consignação.....	25
14. Natureza processual da ação de consignação .....	26

15. Prestações passíveis de consignação.....	27
16. Cabimento da consignação.....	27
17. Liquidez da prestação devida.....	29
18. Consignação principal e incidental.....	33
19. Legitimação <i>ad causam</i> .....	35
20. Competência.....	37
21. Consignação no local em que se acha a coisa devida.....	38
22. Oportunidade da consignatória.....	39
23. Objeto da consignação.....	42
24. Obrigação de prestações periódicas.....	43
25. Limite temporal da admissibilidade do depósito das prestações periódicas.....	44
26. Quebra da sequência de depósitos periódicos.....	46
27. O procedimento especial da consignatória.....	46
28. Obrigações alternativas e obrigações genéricas.....	48
29. Valor da causa.....	49
30. Resposta do demandado.....	50
31. Comparecimento do credor para receber.....	50
32. Não comparecimento e revelia do demandado.....	52
33. Levantamento do depósito pelo devedor.....	53
34. Contestação.....	54
35. Matéria de defesa.....	55
36. Complementação do depósito insuficiente.....	56
37. Sentença.....	59
38. Consignação em caso de dúvida quanto à titularidade do crédito.....	60
39. Particularidades da consignação por dúvida.....	61
40. A posição dos possíveis credores.....	62
41. Resgate da enfiteuse.....	64
42. A consignação de aluguéis e outros encargos locatícios.....	65
43. A consignação de obrigação em dinheiro.....	69
44. Conflito entre consignação em pagamento e execução forçada.....	70

### Capítulo III – Ação De Exigir Contas

§ 4º Generalidades.....	73
45. Introito.....	73
46. Objetivo da ação de exigir contas.....	74
47. Ação de dar e ação de exigir contas.....	75
48. A natureza da ação de exigir contas.....	76
49. Cabimento.....	77
50. Prestação de contas e prescrição.....	80

51. Legitimação e interesse.....	81
52. Prestação de contas dos administradores judiciais.....	83
53. Sociedade e prestação de contas.....	84
54. Ações matrimoniais e prestação de contas.....	86
54-A. Prestação de contas entre filho e genitor, em caso de usufruto legal.....	87
55. Prestação de contas entre condôminos.....	88
55-A. Prestação de contas do banco ao correntista.....	89
56. Organização das contas.....	90
57. Prova das contas.....	91
§ 5º Procedimento da ação de exigir contas.....	93
58. Ação de exigir contas.....	93
59. Procedimento da primeira fase.....	93
60. Reconvenção.....	95
61. Decisão da primeira fase.....	96
62. Procedimento da segunda fase.....	97
63. Contas elaboradas pelo autor.....	98
64. Sucumbência.....	101
§ 6º Execução no procedimento de exigir contas.....	102
65. Sentença e execução.....	102

#### *Capítulo IV – Ações Possessórias*

§ 7º Generalidades.....	105
66. A posse e seus efeitos.....	105
67. A razão da tutela possessória.....	107
68. O instituto da posse e a paz social.....	108
69. O aspecto temporal da posse (fato duradouro e não transitório).....	110
70. Natureza jurídica da posse.....	112
71. Requisitos da tutela possessória.....	116
71.1. Posse de particular sobre bem público.....	119
71.2. Posse e detenção. Direito de retenção.....	119
§ 8º Os interditos possessórios de manutenção, reintegração e proibição.....	121
72. Origem dos interditos possessórios.....	121
73. As ações possessórias.....	122
74. Competência.....	124
75. Legitimação ativa.....	124
76. Legitimação passiva.....	125
77. Petição inicial.....	126

78. Procedimento: as ações de força nova e força velha .....	128
79. Invasões coletivas de imóvel .....	129
80. Medida liminar possessória .....	131
81. A decisão sobre a liminar .....	133
82. A sentença possessória .....	134
83. Posse de coisas e posse de direitos .....	136
83-A. Posse de bens públicos .....	138
84. O petitório e o possessório.....	139
85. A exceção de propriedade no juízo possessório .....	143
86. Esclarecimento de um equívoco histórico a propósito da <i>exceptio proprietatis</i> no direito luso-brasileiro .....	145
87. Natureza dúplice das ações possessórias .....	148
88. Liminar em favor do réu .....	148
89. Natureza real das ações possessórias.....	151
90. Natureza executiva do procedimento interdital .....	153
90.1. Reintegração inviabilizada. Conversão em perdas e danos.....	156
91. Cumulação de pedidos .....	157
92. Interdito proibitório .....	158
§ 9º Alguns incidentes registráveis nos interditos .....	160
93. Embargos de terceiro .....	160
94. Medida liminar e mandado de segurança .....	162
95. Embargos de retenção.....	162
96. Nomeação à autoria e denunciação da lide.....	163

#### *Capítulo V – Ação de Divisão e da Demarcação de Terras Particulares*

§ 10. Generalidades .....	169
97. Introdução .....	169
98. Conceito das ações especiais em análise.....	170
99. Cumulação de ação divisória com ação demarcatória .....	171
100. Temas novos .....	171
101. Divisão e demarcação consensuais.....	172
102. O georreferenciamento e a prova pericial .....	173
103. Sucumbência e honorários advocatícios .....	174
§ 11. Ação de demarcação .....	176
104. A ação de demarcação e seu procedimento. Petição inicial .....	176
105. Objeto da ação .....	177
106. Competência para as ações do juízo divisório.....	184
107. Legitimação ativa para o procedimento demarcatório .....	186

108. Legitimação ativa de condômino.....	188
109. Legitimação passiva .....	189
110. Citação do confinante demandado .....	190
111. Contestação .....	191
112. Prazo de contestação.....	193
113. Prova pericial .....	194
114. A primeira sentença da ação demarcatória (encerramento da fase de accertamento ou cognição).....	196
115. Procedimento executivo (segunda fase da ação) .....	197
116. A conclusão do procedimento demarcatório .....	198
117. Natureza e força das duas sentenças da ação demarcatória .....	200
118. Cumprimento da sentença em face dos confinantes.....	201
§ 12. Ação de divisão.....	203
119. Ação de divisão. Petição inicial .....	203
120. Objeto da ação .....	203
121. Objetivo da ação de divisão regulada pelo CPC .....	204
122. Competência .....	206
123. Legitimação ativa.....	206
124. Legitimação passiva .....	209
125. Procedimento. Citação .....	211
126. Contestação.....	211
127. Revelia .....	213
128. Prova pericial .....	214
129. Auto de divisão e sentença homologatória .....	219
130. Aplicação de regras da demarcatória à ação de divisão .....	220
131. A coisa julgada na ação de divisão .....	221
132. Cumprimento da sentença de divisão (execução forçada).....	223
133. Terceiro prejudicado pela ação de divisão. Benfeitorias dentro da área dividenda .....	223
134. Usurpação de terrenos de vizinhos da área dividenda.....	225

### *Capítulo VI – Dissolução Parcial de Sociedade*

§ 13. Da ação .....	231
135. Introito .....	231
135.1. Sociedades simples.....	233
136. Normas processuais atinentes à dissolução da sociedade.....	234
137. Objetivo.....	235
138. Legitimidade .....	237
139. Cabimento .....	239
140. Exclusão de sócio por quebra da <i>affectio societatis</i> .....	241

141. Competência.....	243
142. Procedimento.....	243
143. A resolução da sociedade.....	249
144. Apuração dos haveres.....	250
145. Critérios para apuração dos haveres .....	251
146. Execução da sentença.....	255
147. A dissolução parcial de sociedade anônima .....	256

### *Capítulo VII – Inventário e Partilha*

§ 14. Disposições gerais.....	261
148. Introito.....	261
149. Caráter contencioso do inventário.....	262
150. Inventário e partilha por via administrativa.....	263
151. Regulamentação baixada pelo Conselho Nacional de Justiça sobre o inventário extrajudicial.....	267
152. Execução da partilha por via administrativa.....	269
153. Inventário negativo.....	270
154. Competência.....	271
155. Universalidade do foro sucessório.....	273
156. Questões solucionáveis no juízo sucessório.....	273
157. Administração da herança.....	274
158. O inventariante.....	275
159. Encargos do inventariante.....	277
160. Remoção do inventariante.....	279
161. Legitimação para promover o inventário.....	282
§ 15. Inventário judicial.....	284
162. Procedimento.....	284
163. Petição inicial.....	284
164. Primeiras declarações.....	285
165. Citações e interveniências.....	287
166. Impugnação dos citados.....	288
167. Herdeiro omitido nas declarações do inventariante.....	290
168. Avaliação.....	291
169. Últimas declarações.....	293
170. Cálculo do imposto <i>causa mortis</i> .....	293
171. Colações.....	294
172. Sonogados.....	296
173. Pagamento de dívidas do morto.....	297

§ 16. Partilha .....	300
174. Espécies de partilha.....	300
175. Partilha judicial. Deliberação .....	301
176. Esboço e lançamento da partilha.....	303
177. A sentença da partilha .....	305
178. O formal de partilha .....	306
179. Emenda ou retificação da partilha .....	307
180. Pacto de não partilhar .....	308
§ 17. Invalidação da partilha .....	311
181. Ação de anulação e ação rescisória de partilha .....	311
182. Conceituação de partilha judicial.....	311
183. Conceituação de partilha amigável .....	314
184. Casuísmo da rescisória de partilha.....	315
185. Ação de nulidade de partilha.....	316
186. Ação de petição de herança .....	318
§ 18. Arrolamento .....	320
187. Simplificação do inventário .....	320
188. Arrolamento sumário do art. 659 (por deliberação voluntária dos interessados).....	321
189. Arrolamento comum do art. 664 (por imposição da lei) .....	323
190. Lei nº 6.858, de 24.11.1980 .....	325
190.I. Benefícios previdenciários.....	326
191. Inventário administrativo .....	326
§ 19. Disposições comuns .....	328
192. Medidas cautelares .....	328
193. Sobrepartilha.....	329
194. Curatela especial ao herdeiro .....	330
195. Inventários cumulados .....	331
196. Honorários de advogado.....	332
197. Extinção do processo por paralisação da causa .....	332
198. Assistência judiciária .....	333
199. Terceiros prejudicados.....	334
<i>Capítulo VIII – Embargos de Terceiro</i>	
§ 20. Generalidades .....	343
200. Conceito.....	343
201. Natureza jurídica .....	345
202. Requisitos.....	346

203. Ato judicial atacável.....	347
203-A. Posse direta e posse indireta, em embargos de terceiro .....	350
204. Penhora de bem alienado em fraude contra credores.....	351
205. Embargos a atos do juízo divisório.....	352
205-A. Embargos de terceiro e descon sideração da personalidade jurídica.....	354
206. Embargos do credor com garantia real.....	354
206-A. Embargos do credor com garantia de alienação fiduciária .....	356
207. Embargos e mandado de segurança.....	358
§ 21. Procedimento .....	360
208. Legitimação ativa.....	360
209. Legitimação ativa do prestador de garantia real a dívida de terceiro .....	363
210. Legitimação ativa de quem participou do processo primitivo .....	364
211. Legitimação passiva .....	367
212. Oportunidade .....	368
213. Competência .....	371
214. Procedimento.....	372
215. Sentença .....	375
215-A. Verbas sucumbenciais. Princípio da causalidade.....	377

### Capítulo IX – Oposição

§ 22. A ação especial de oposição.....	381
216. Introdução .....	381
217. Conceito.....	382
218. Cabimento e extensão.....	384
219. Oportunidade da oposição .....	384
220. Conexão das causas.....	385
221. Competência .....	386
222. Procedimento.....	386
223. Julgamento da oposição .....	387

### Capítulo X – Habilitação

§ 23. Procedimento da substituição da parte falecida .....	391
224. Conceito.....	391
225. Legitimidade para requerer a habilitação.....	392
226. Competência .....	393
227. Procedimento.....	393
228. Habilitação do adquirente e do cessionário .....	396
229. Efeito do deferimento da habilitação .....	396

*Capítulo XI – Tipificação do Procedimento das Ações  
Pertinentes ao Direito de Família*

§ 24. Ações de família .....	399
230. Introito .....	399
231. A entidade familiar .....	400
232. Tipificação .....	400
233. A mediação e a conciliação.....	401
234. A Resolução nº 125 do CNJ.....	402
235. Legitimação.....	403
236. Procedimento.....	404
237. Efeitos do termo final da mediação e conciliação.....	408
237-A. Ação de alimentos .....	409
237-B. Ação de alimentos gravídicos.....	416
237-C. A coisa julgada nas ações de paternidade.....	417
237-D. Ações de paternidade <i>post mortem</i> .....	417
237-E. Ação para exigir contas no âmbito do direito de família.....	418

*Capítulo XII – Ação Monitória*

§ 25. Noção geral do procedimento monitorio .....	421
238. Introito .....	421
239. Necessidade de facilitar o acesso do credor ao título executivo .....	421
240. Em que consiste o procedimento monitorio .....	423
241. O procedimento monitorio brasileiro .....	426
242. A ação monitoria no novo Código de Processo Civil .....	427
§ 26. A ação monitoria no código de processo civil brasileiro .....	429
243. Condições de admissibilidade da ação monitoria .....	429
244. Objeto.....	430
244.1. Dívida de jogo contraída no exterior.....	431
245. Competência.....	432
246. Legitimidade ativa.....	433
247. Legitimidade passiva.....	433
248. Prova.....	436
249. Procedimento.....	442
250. Embargos à ação monitoria .....	447
251. Processamento dos embargos monitorios .....	447
252. Coisa julgada .....	449
253. Ação rescisória contra a decisão que defere o mandado de pagamento .....	450
254. Uso indevido da ação monitoria .....	450

*Capítulo XIII – Homologação do Penhor Legal*

§ 27. Da ação .....	453
255. Introito .....	453
256. Penhor legal: efetivação e homologação.....	454
257. Natureza jurídica da medida processual .....	455
258. Procedimento.....	456
259. Sentença .....	458
260. Execução.....	458
261. Formalização extrajudicial da homologação do penhor legal .....	459

*Capítulo XIV – Danos Ocorridos Durante a Navegação*

§ 28. Regulação da avaria grossa .....	463
262. Introito .....	463
263. Conceito.....	464
264. A ação de regulação da avaria grossa no sistema brasileiro.....	466
265. Competência .....	467
266. Legitimidade .....	468
267. Procedimento .....	468
268. O Tribunal Marítimo.....	473

*Capítulo XV – Restauração de Autos*

§ 29. Procedimento para recuperar autos desaparecidos.....	477
269. Conceito.....	477
270. Objetivo do procedimento.....	478
271. Legitimidade .....	478
272. Competência .....	479
273. Procedimento.....	479
274. Julgamento da restauração.....	481
275. Autos extraviados no tribunal.....	481
276. Responsabilidade do causador do desaparecimento dos autos .....	482

**Parte II – Procedimentos de  
Jurisdição Voluntária**

*Capítulo XVI – Jurisdição Voluntária*

§ 30. Generalidades.....	485
277. Introito .....	485
278. Iniciativa do procedimento e participação dos interessados .....	487
279. Litigiosidade incidental.....	489

280. A função do juiz .....	490
281. Verbas sucumbenciais .....	491
282. Procedimentos .....	492

*Capítulo XVII – Notificação e Interpelação*

§ 31. Procedimento para notificar, interpelar .....	497
283. Conceito .....	497
284. Protesto de títulos pela via notarial .....	498
285. Protesto judicial .....	500
286. Notificação .....	502
287. Interpelação .....	503
288. Procedimento .....	503
289. Indeferimento do pedido .....	505
290. Defesa e contraprotesto .....	506
291. Encerramento do feito e destino dos autos .....	507

*Capítulo XVIII – Alienações Judiciais*

§ 32. Procedimento das alienações judiciais .....	511
292. Alienações judiciais .....	511
293. Alienações cautelares .....	512
294. Iniciativa da medida .....	512
295. Casos de alienação judicial expressos em lei .....	513
296. Leilão .....	513
297. Avaliação prévia .....	515
298. Publicidade .....	515
299. Arrematação .....	515
300. Destino do produto da alienação .....	516
301. Outros bens alienáveis judicialmente .....	517
302. Bens indivisíveis em inventário e partilha .....	517
303. Bens de crianças, adolescentes, órfãos e interditos .....	518
304. Alienação forçada de bem indivisível como forma de extinção de condomínio .....	518
305. Alienação de quinhão em coisa comum de forma irregular .....	520
306. Alienação irregular do quinhão de bem comum indivisível em execução .....	521
307. Alienação irregular de quinhão do bem comum indivisível em negociação particular .....	522

*Capítulo XIX – Divórcio e Separação Consensuais, Extinção Consensual de União Estável e Alteração do Regime de Bens do Matrimônio*

§ 33. Procedimento do divórcio, da separação e da homologação da extinção de união estável consensuais .....	525
--	-----

308. Noções introdutórias .....	525
309. A dissolução da sociedade conjugal após a EC nº 66/2010 .....	527
310. Natureza jurídica .....	528
311. Requisitos.....	529
312. Legitimação .....	529
313. Competência .....	530
314. Petição inicial .....	531
315. Procedimento.....	535
316. Sentença de homologação.....	536
317. Reconciliação do casal.....	536
318. Revisão e rescisão do acordo de separação, divórcio ou extinção de união estável .....	537
318.1. Alteração negocial de partilha homologada judicialmente.....	538
319. Separação, divórcio e extinção de união estável por via administrativa .....	539
320. Regulamentação baixada pelo Conselho Nacional de Justiça sobre separação e divórcio consensuais.....	542
321. Execução do acordo de separação, divórcio ou extinção de união estável ajustado por escritura pública.....	543
322. Alteração do regime de bens do casamento .....	544

#### *Capítulo XX – Testamentos e Codicilos*

§ 34. Procedimento da apresentação dos testamentos em juízo .....	547
323. Introito .....	547
324. Objetivo do procedimento.....	547
325. Competência .....	549
326. Procedimento.....	550
327. Sentença .....	550
328. Efeitos.....	550
329. Testamento cerrado.....	552
330. Testamento público.....	552
331. Testamento particular.....	552
332. Procedimento.....	554
333. Codicilos e testamentos marítimo, aeronáutico, militar e nuncupativo .....	555

#### *Capítulo XXI – Herança Jacente*

§ 35. Procedimento da arrecadação de herança jacente.....	559
334. Conceito moderno de jacência da herança.....	559
335. Competência .....	560
336. Legitimação .....	560

337. Procedimento.....	560
338. A administração da herança jacente .....	562
339. Habilitação.....	562
340. Declaração de vacância .....	563

*Capítulo XXII – Bens dos Ausentes*

§ 36. Procedimento da arrecadação de bens dos ausentes.....	567
341. Ausência.....	567
342. Pressupostos.....	567
343. Competência .....	568
344. Fases do procedimento.....	568
345. Procedimento da primeira fase.....	568
346. Procedimento da sucessão provisória.....	569
347. Conversão da sucessão provisória em definitiva .....	570

*Capítulo XXIII – Coisas Vagas*

§ 37. Procedimento da arrecadação das coisas vagas .....	573
348. Conceito.....	573
349. Legitimação .....	573
350. Competência .....	574
351. Cabimento .....	574
352. Procedimento.....	574

*Capítulo XXIV – Interdição*

§ 38. O instituto da curatela .....	577
353. Introito .....	577
354. Questões relevantes sobre a interdição.....	578
355. Disposições da Lei nº 13.146/2015 que impactam no procedimento fixado nos arts. 747 e seguintes do NCPC.....	579
§ 39. O procedimento da interdição .....	584
356. Natureza jurídica da interdição.....	584
357. Competência .....	584
358. Legitimidade .....	585
359. Petição inicial.....	588
360. Procedimento.....	589
361. Sentença .....	593
362. Eficácia da sentença sobre atos do interditando .....	595

363. Rescisória.....	596
364. Levantamento da interdição.....	596
365. Investidura dos curadores.....	597
366. Remoção de curador.....	597
§ 40. A tomada de decisão apoiada.....	599
367. A nova medida protetiva de pessoas em situação de vulnerabilidade.....	599
368. Procedimento.....	600

*Capítulo XXV – Disposições Comuns à Tutela e à Curatela*

§ 41. Generalidades.....	603
369. Introito.....	603
370. Disposições comuns à nomeação de tutor e curador.....	604

*Capítulo XXVI – Organização e Fiscalização das Fundações*

§ 42. Procedimento da organização e fiscalização das fundações.....	609
371. Conceito de fundação.....	609
372. Procedimento da instituição da fundação.....	610
373. Estatutos confiados à elaboração de terceiro.....	610
374. Alteração do estatuto.....	611
375. Extinção da fundação.....	611

*Capítulo XXVII – Ratificação dos Protestos Marítimos e dos Processos Testemunháveis Formados a Bordo*

§ 43. Procedimento.....	615
376. Introito.....	615
377. Conceito.....	616
378. Objetivo.....	617
379. Procedimento.....	617

*Capítulo XXVII-A – Usucapião*

§ 43-A. Reconhecimento extrajudicial de usucapião sobre imóvel.....	623
379-A. Ação de usucapião e reconhecimento extrajudicial de aquisição da propriedade imobiliária por meio de usucapião.....	623
379-B. Procedimento extrajudicial do reconhecimento de usucapião.....	624
379-C. Julgamento do procedimento administrativo.....	625
379-D. Cabimento do procedimento extrajudicial.....	626
379-E. Competência.....	627

### Parte III – A Arbitragem no Direito Brasileiro

#### *Capítulo XXVIII – O Juízo Arbitral*

§ 44. Procedimento da Arbitragem .....	629
380. O juízo arbitral no direito brasileiro .....	629
381. Disposições gerais .....	632
382. Convenção de arbitragem .....	634
383. Cláusula compromissória .....	635
384. Requisitos da cláusula compromissória.....	635
384.1. Cláusula compromissória e contrato de consumo .....	636
384.2. Cláusula compromissória e contratos de franquia .....	637
385. Execução da cláusula compromissória .....	637
386. Cláusula “cheia” e cláusula “vazia” .....	639
387. Direito intertemporal.....	640
388. Autonomia da cláusula compromissória.....	642
389. Compromisso arbitral .....	643
390. Extinção do compromisso arbitral .....	644
391. Os árbitros .....	645
392. O procedimento.....	646
393. Tutelas cautelares e de urgência .....	649
394. Carta arbitral.....	652
395. Sentença arbitral.....	654
396. Requisitos da sentença arbitral.....	654
397. Recursos.....	655
398. Nulidade da sentença arbitral.....	656
399. Reconhecimento e execução de sentenças arbitrais estrangeiras.....	658
400. Natureza jurídica do novo juízo arbitral brasileiro.....	660
401. Visão comparatística da evolução do papel da arbitragem na composição de conflitos .....	661
402. Coexistência de arbitragem e execução judicial de título executivo negocial.....	666
402-A. Coexistência de cláusula compromissória, procedimento judicial e mediação .....	667
402-B. Conflito de competência entre juízo cível e juízo arbitral .....	668
403. Alegação em juízo de convenção de arbitragem .....	669
403-A. Possibilidade de invalidação da cláusula compromissória pelo Judiciário .....	669

### Parte IV – Juizado Especial Civil

#### *Capítulo XXIX – As Pequenas Causas e o Acesso à Justiça*

§ 45. Juizado Especial Civil ou Juizado de Pequenas Causas.....	675
---	-----

404. Introito .....	675
405. Juizado Especial ou Juizado de Pequenas Causas?.....	677
406. Criação do Juizado Especial .....	677
407. Princípios informativos.....	678
408. Princípio da oralidade .....	678
409. Outros critérios informativos do procedimento do Juizado Especial .....	679
410. Conciliação.....	680
411. A facultatividade do Juizado Especial.....	681
412. O Juizado Especial Civil.....	682
413. Aplicação subsidiária do Código de Processo Civil .....	683
414. O Juizado Especial Civil e o Novo Código de Processo Civil.....	684
415. O Juizado Especial e o incidente de resolução de demandas repetitivas .....	686
§ 46. O Órgão Judicante: Competência e Composição .....	688
416. Competência .....	688
417. Foro competente.....	690
418. Conflito de competência .....	690
419. Competência para execução forçada .....	691
420. Limitações à competência.....	691
421. O órgão judicante .....	692
422. Distribuição de funções: tarefa do juiz .....	693
423. Tarefa do juiz leigo e dos conciliadores .....	694
424. O juízo arbitral.....	695
§ 47. Partes.....	696
425. Legitimação <i>ad causam</i> .....	696
426. Legitimação <i>ad processum</i> .....	697
427. Litisconsórcio e intervenção de terceiros .....	698
428. Intervenção do Ministério Público.....	699
§ 48. Os Atos Processuais e o Procedimento .....	700
429. Os atos processuais e sua forma .....	700
430. O procedimento.....	701
431. A propositura da ação.....	701
432. Citações e intimações .....	702
433. Requisitos da citação.....	702
434. Intimações .....	703
435. A audiência de conciliação, instrução e julgamento .....	703
436. A resposta do réu .....	704
437. As provas.....	705

§ 49. A Sentença e os Recursos.....	707
438. A sentença .....	707
439. Recursos.....	708
440. Mandado de segurança .....	712
441. Uniformização de jurisprudência.....	713
441.1. Competência para a reclamação.....	714
442. Extinção do processo.....	714
§ 50. Execução e Disposições Especiais.....	716
443. Execução forçada.....	716
444. As despesas processuais no Juizado Especial Civil.....	718
445. Curadorias e assistência judiciária.....	718
446. Acordos extrajudiciais .....	719
447. Ação rescisória.....	719
448. Disposições finais sobre a organização dos Juizados Especiais.....	719

*Capítulo XXX – O Juizado Especial Federal*

§ 51. As Pequenas Causas na Justiça Federal.....	723
449. A instituição do Juizado Especial Federal.....	723
450. Disciplina legal.....	723
451. Princípios informativos.....	723
452. Competência absoluta .....	724
453. Conflito de competência.....	724
§ 52. Órgão Judicante.....	726
454. Composição do órgão judicante .....	726
455. Sessão de conciliação.....	726
456. Competência .....	726
457. Conflito de competência.....	727
458. Causas de competência dos Juizados Especiais Federais.....	727
§ 53. Partes.....	729
459. Legitimação .....	729
460. Intervenção de terceiros e litisconsórcio .....	729
461. Ministério Público.....	730
462. <i>Jus postulandi</i> e representação das partes.....	730
§ 54. Atos Processuais e Procedimento .....	731
463. Princípios.....	731
464. Atos de comunicação processual.....	731
465. Uso de meios eletrônicos .....	732

466. Prazos .....	732
467. Petição inicial .....	732
468. Resposta .....	732
469. Exceções .....	733
470. Sessão de conciliação .....	733
471. Instrução probatória .....	733
472. A sentença e as máximas de experiência .....	734
473. Reexame necessário .....	735
§ 55. Sistema Recursal .....	736
474. Recursos no Juizado Especial .....	736
475. Recurso especial e recurso extraordinário .....	736
476. Incidente de uniformização de jurisprudência .....	737
§ 56. Execução e Medidas Preventivas .....	739
477. Execução .....	739
478. Medidas cautelares .....	739
479. Antecipação de tutela .....	740

#### *Capítulo XXXI – Os Juizados Especiais da Fazenda Pública*

§ 57. As pequenas causas da fazenda pública no âmbito dos estados, distrito federal, territórios e municípios .....	743
480. A instituição dos Juizados Especiais da Fazenda Pública .....	743
481. Disciplina legal .....	743
482. Competência absoluta .....	744
§ 58. Órgão judicante .....	745
483. Composição do órgão judicante .....	745
484. Competência .....	745
§ 59. Partes .....	747
485. Legitimação .....	747
486. Ministério Público .....	747
487. Representação das partes .....	747
§ 60. Atos processuais e procedimento .....	748
488. Atos de comunicação processual e prazos .....	748
489. Petição inicial, citação e resposta .....	748
490. Audiência de conciliação .....	748
491. Instrução probatória .....	749
492. Sentença e recurso de ofício .....	749

493. Tutela de urgência (medidas cautelares e antecipatórias).....	749
§ 61. Sistema recursal.....	750
494. Recursos nos Juizados Especiais da Fazenda Pública.....	750
495. Uniformização de jurisprudência.....	750
496. Causas repetitivas.....	751
497. Medidas de urgência.....	752
§ 62. Sistema de execução de sentença nos juizados especiais da fazenda pública .....	753
498. Cumprimento da sentença.....	753
499. Obrigações de fazer, não fazer ou de entrega de coisa .....	753
500. Obrigações de quantia certa .....	753

**Parte V – Alguns Procedimentos Especiais  
Disciplinados Fora do Código  
de Processo Civil**

*Capítulo XXXII – Ações Constitucionais*

§ 63. A Constituição e o Processo .....	757
501. O direito processual constitucional.....	757
502. Os fundamentos do direito processual constitucional.....	757
§ 64. Mandado de Segurança.....	759
503. Conceito.....	759
504. Natureza da ação .....	760
505. Legitimação ativa.....	761
506. Legitimação passiva .....	761
507. Pessoas equiparadas às autoridades, para fins de mandado de segurança .....	765
508. Ato de autoridade judicial.....	765
509. Ato sujeito a recurso administrativo .....	767
510. Litisconsórcio.....	767
511. Assistência .....	768
512. Pressuposto especial do mandado de segurança: direito líquido e certo .....	769
513. Procedimento.....	769
514. Instrução por meio de documentos ainda não obtidos pelo impetrante.....	771
515. Liminar.....	771
516. Suspensão da segurança .....	774
517. Prazo decadencial para impetrar o mandado de segurança .....	775
518. Competência .....	776
519. Desistência do mandado de segurança.....	777
520. Sentença e coisa julgada .....	778

521. Inovações processuais da Lei nº 12.016, de 07.08.2009.....	779
§ 65. Mandado de Segurança Coletivo .....	784
522. Conceito.....	784
523. Direitos coletivos e direitos difusos.....	784
524. Legitimação ativa.....	785
525. Legitimação passiva .....	787
526. Procedimento e competência.....	787
527. Liminar.....	788
527-A. Execução .....	789
§ 66. Mandado de Injunção.....	791
528. Conceito.....	791
529. Objeto.....	793
530. Pressupostos .....	795
531. Legitimação .....	799
532. Competência .....	802
533. Procedimento.....	803
533.1. Visão esquemática do procedimento do mandado de injunção .....	808
533-A. Desistência da ação de mandado de injunção .....	809
533-B. Intervenção do Ministério Público .....	809
533-C. Medida Liminar .....	810
533-D. Limites subjetivos da eficácia do deferimento da injunção .....	811
533-E. Ampliação dos limites subjetivos da injunção .....	811
533-F. Condições para obter a extensão <i>erga omnes</i> da decisão .....	812
533-G. “Provisoriamente” do provimento editado no julgamento do mandado de injunção....	813
533-H. Recursos.....	814
533-I. Mandado de injunção coletivo.....	815
533-J. Limites subjetivos da coisa julgada formada no mandado de injunção coletivo.....	816
533-K. Litispendência .....	817
§ 67. <i>Habeas Data</i> .....	820
534. Conceito.....	820
535. Natureza jurídica .....	821
536. Legitimidade e interesse.....	821
537. Objeto do <i>habeas data</i> .....	822
538. Competência .....	823
539. Procedimento.....	824
540. Cumprimento da sentença.....	825
541. Coisa julgada.....	826

§ 68. Ação Popular .....	828
542. Conceito.....	828
543. Requisitos.....	828
544. Atos atacáveis pela ação popular.....	829
544-A. Ação popular e políticas públicas relacionadas com concessões de serviços públicos.....	830
545. Legitimação .....	831
546. Procedimento.....	832
547. Sentença.....	832
548. Coisa julgada.....	833
549. Execução .....	833
550. Prescrição .....	833

*Capítulo XXXIII – Ações Coletivas*

§ 69. Ação Civil Pública e Outras Ações Coletivas .....	837
551. Histórico .....	837
552. Direito material coletivo e direito processual coletivo.....	838
553. Configuração dos direitos materiais tuteláveis pela ação civil pública.....	839
554. Objeto da ação civil pública.....	840
555. Ações coletivas possíveis após o CDC.....	842
556. Legitimação.....	846
556-A. Legitimação de pessoa jurídica de direito público.....	849
557. Ação coletiva por meio de associação.....	850
558. Ações coletivas promovidas por sindicatos .....	852
559. O Ministério Público e a tutela coletiva dos direitos individuais homogêneos .....	854
559-A. Tutela pelo Ministério Público de direitos individuais indisponíveis.....	859
560. Inquérito civil.....	860
560-A. Ação civil pública e políticas públicas .....	862
561. Competência.....	862
562. Procedimento.....	863
563. Liminar.....	864
563-A. Remessa necessária.....	864
564. Coisa julgada.....	864
564.1. Cientificação dos beneficiários individuais da sentença coletiva.....	867
565. Execução .....	867
565.1. Prescrição da execução individual da sentença coletiva.....	869
565.2. Alienação do imóvel objeto de tutela ao meio ambiente.....	870
566. Execução coletiva por meio de sindicato ou associação.....	871

## Capítulo XXXIV – Ações Locatícias

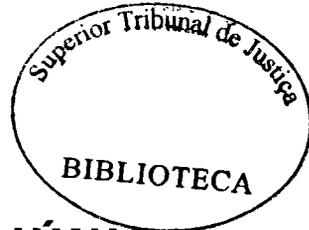
§ 70. Generalidades .....	875
567. Dos procedimentos e suas disposições gerais.....	875
568. Tramitação durante as férias forenses .....	876
569. Competência do <i>forum rei sitae</i> .....	876
570. Valor da causa .....	877
571. Atos de comunicação processual .....	878
572. Ausência de efeito suspensivo da apelação nas ações locatícias .....	879
572-A. Cobrança de aluguéis e encargos da locação .....	880
§ 71. Ação de Despejo.....	881
573. Natureza.....	881
574. A força executiva do procedimento .....	882
575. A liminar na ação de despejo .....	883
576. Legitimação .....	885
577. Documentação da petição inicial.....	886
578. Concordância do locatário com a pretensão do locador .....	887
579. Denúncia vazia .....	887
580. Denúncia cheia .....	888
§ 72. Ação de Despejo Por Falta de Pagamento.....	890
581. Cabimento .....	890
582. Consequência da cumulação de pedidos .....	890
583. Purga da mora.....	892
584. Reiteração abusiva da purga da mora .....	893
585. Purga da mora e contestação.....	893
§ 73. Execução da Sentença de Despejo .....	897
586. Desocupação voluntária.....	897
587. Execução forçada.....	898
588. Execução em caso de despejo cumulado com cobrança de aluguel .....	898
589. Execução provisória e caução.....	899
590. Abandono do imóvel pelo locatário.....	899
§ 74. Ação de Consignação de Aluguel e Acessórios da Locação .....	901
591. Cabimento .....	901
592. Legitimação .....	901
593. Pressupostos .....	902
594. Procedimento.....	902
595. Petição inicial.....	903
596. Depósito judicial.....	903

597. Prestações vincendas .....	903
598. Revelia .....	903
599. Contestação .....	904
600. Reconvênção .....	904
601. Complementação do depósito após a contestação .....	904
602. Levantamento do depósito .....	905
§ 75. Ação Revisional de Aluguel .....	907
603. Cabimento .....	907
604. Natureza .....	907
605. Legitimação .....	907
606. Procedimento .....	908
607. Petição inicial .....	909
608. Aluguel provisório .....	909
609. Contestação .....	911
610. Sentença .....	911
611. Verbas de sucumbência .....	912
612. Execução de sentença .....	913
613. Acordo de desocupação .....	913
§ 76. Ação Renovatória .....	915
614. Cabimento .....	915
615. Natureza jurídica .....	916
616. Legitimação .....	916
617. Procedimento .....	918
618. Petição inicial .....	918
619. A defesa do locador .....	921
620. Defesa baseada na ausência dos pressupostos legais .....	922
621. Defesa baseada no valor real da locação .....	922
622. Defesa baseada em melhor proposta de terceiro .....	923
623. Retomada para construção ou reconstrução .....	924
624. Retomada para uso próprio .....	924
625. Aluguel provisório .....	925
626. Sentença .....	925
627. Sentença de retomada .....	926
628. Execução de sentença .....	928
629. Indenização de perdas e danos .....	929

*Capítulo XXXV – Ações Decorrentes de Leasing e Alienação Fiduciária*

§ 77. Alienação Fiduciária em Garantia .....	931
--	-----

630. Introdução .....	931
630.1. A propriedade do devedor fiduciante como requisito da constituição da garantia real em favor do credor fiduciário.....	933
631. Remédios processuais utilizáveis pelo credor fiduciário (coisas móveis) .....	934
632. Busca e apreensão.....	934
633. Legitimação ativa para a ação de busca e apreensão .....	939
634. Ação de depósito .....	939
635. Ação de execução .....	940
636. Execução da alienação fiduciária de bem imóvel .....	941
636.1. Purga da mora na execução de imóvel alienado fiduciariamente.....	942
636-A. Taxa de ocupação.....	945
§ 78. Arrendamento Mercantil ( <i>Leasing</i> ) .....	950
637. Noção de arrendamento mercantil.....	950
638. Ações decorrentes do <i>leasing</i> .....	951
639. Aspecto tributário .....	955
Bibliografia .....	957
Índice Onomástico.....	981
Índice Alfabético de Assuntos .....	985
Índice dos Fluxogramas.....	1005



# HUMBERTO THEODORO JÚNIOR

Professor Titular aposentado da Faculdade de Direito da UFMG.  
Desembargador aposentado do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais.  
Membro da comissão de juristas encarregados pelo Senado Federal da elaboração  
do Anteprojeto do novo Código de Processo Civil brasileiro.  
Doutor. Advogado (Parecerista).

## CURSO *de* DIREITO PROCESSUAL CIVIL *Volume III*

**53<sup>a</sup>** edição Revista e atualizada

- Execução Forçada
  - Cumprimento de sentença
  - Execução de títulos extrajudiciais
- Processos nos Tribunais
- Recursos
- Direito Intertemporal



T388c

53. ed.

v.3

ex. 2

- A EDITORA FORENSE se responsabiliza pelos vícios do produto no que concerne à sua edição (impressão e apresentação a fim de possibilitar ao consumidor bem manuseá-lo e lê-lo). Nem a editora nem o autor assumem qualquer responsabilidade por eventuais danos ou perdas a pessoa ou bens, decorrentes do uso da presente obra.
- Nas obras em que há material suplementar *on-line*, o acesso a esse material será disponibilizado somente durante a vigência da respectiva edição. Não obstante, a editora poderá franquear o acesso a ele por mais uma edição.
- Todos os direitos reservados. Nos termos da Lei que resguarda os direitos autorais, é proibida a reprodução total ou parcial de qualquer forma ou por qualquer meio, eletrônico ou mecânico, inclusive através de processos xerográficos, fotocópia e gravação, sem permissão por escrito do autor e do editor.

Impresso no Brasil – *Printed in Brazil*

- Direitos exclusivos para o Brasil na língua portuguesa

Copyright © 2020 by

**EDITORA FORENSE LTDA.**

Uma editora integrante do GEN | Grupo Editorial Nacional

Travessa do Ouvidor, 11 – Térreo e 6º andar – 20040-040 – Rio de Janeiro – RJ

Tel.: (21) 3543-0770 – Fax: (21) 3543-0896

faleconosco@grupogen.com.br | www.grupogen.com.br

- O titular cuja obra seja fraudulentamente reproduzida, divulgada ou de qualquer forma utilizada poderá requerer a apreensão dos exemplares reproduzidos ou a suspensão da divulgação, sem prejuízo da indenização cabível (art. 102 da Lei n. 9.610, de 19.02.1998). Quem vender, expuser à venda, ocultar, adquirir, distribuir, tiver em depósito ou utilizar obra ou fonograma reproduzidos com fraude, com a finalidade de vender, obter ganho, vantagem, proveito, lucro direto ou indireto, para si ou para outrem, será solidariamente responsável com o contrafator, nos termos dos artigos precedentes, respondendo como contrafatores o importador e o distribuidor em caso de reprodução no exterior (art. 104 da Lei n. 9.610/98).

1ª edição – 1989

53ª edição – 2020

- Capa: Aurélio Corrêa

- Data de fechamento: 19.11.2019

- **CIP – BRASIL. CATALOGAÇÃO NA FONTE.**  
**SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ.**

T355c

Theodoro Júnior, Humberto

Curso de direito processual civil / Humberto Theodoro Júnior. – 53. ed. – Rio de Janeiro: Forense, 2020.

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-309-8761-9

1. Direito processual civil – Brasil. I. Título. II. Série.

19-59269

CDU: 347.9(81)

# Índice da Matéria

## PROCESSO DE EXECUÇÃO, CUMPRIMENTO DA SENTENÇA e SISTEMA RECURSAL DO PROCESSO CIVIL

### Parte I – As Vias de Execução do Código de Processo Civil Brasileiro

#### CAPÍTULO I – PANORAMA DAS VIAS EXECUTIVAS

§ 1º	<b>A abolição da ação de execução de sentença</b> .....	3
1.	Introdução.....	3
2.	O panorama da execução forçada no direito processual europeu contemporâneo.....	4
3.	A história da execução forçada no direito antigo de origem românica.....	6
4.	O reaparecimento da <i>actio iudicati</i> na história do direito moderno.....	8
5.	A reação contemporânea contra o sistema de cumprimento da sentença por meio da <i>actio iudicati</i> .....	9
6.	A história da eliminação da <i>actio iudicati</i> no campo das sentenças condenatórias no direito brasileiro .....	10
7.	Algumas reações à abolição completa da <i>actio iudicati</i> .....	13
8.	Observações conclusivas.....	15

#### CAPÍTULO II – CUMPRIMENTO DA SENTENÇA NO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL

§ 2º	<b>Disposições gerais</b> .....	17
9.	Introdução.....	17
10.	A noção de sentença condenatória perante as novas técnicas de cumprimento dos julgados .....	18
11.	Cumprimento de sentença e contraditório .....	21
12.	Necessidade de requerimento do exequente .....	21
13.	Intimação do devedor.....	22
14.	Legitimação ativa e passiva. Devedores solidários .....	25
15.	Regras disciplinadoras do cumprimento das sentenças .....	26
16.	A possibilidade de execução com base em sentença declaratória ou constitutiva .....	27
17.	Tutela interdital como padrão .....	31
18.	Cumprimento por iniciativa do devedor .....	32

19.	Sucumbência.....	33
20.	Sentença que decide relação jurídica sujeita a condição ou termo .....	35
21.	Requisito do requerimento de cumprimento da sentença que decide relação jurídica sujeita a condição ou termo .....	38
<b>§ 3º</b>	<b>Os títulos executivos judiciais.....</b>	<b>39</b>
22.	Enumeração legal.....	39
23.	Medidas preparatórias especiais.....	41
24.	Procedimento especial: sentença penal, sentença arbitral e sentença ou decisão interlocutória estrangeiras .....	41
25.	Encerramento do cumprimento da sentença .....	42
26.	Sentença condenatória civil.....	43
27.	Sentença condenatória contra a Fazenda Pública.....	45
28.	Nova visão dos efeitos da sentença declaratória .....	46
29.	Ação declaratória e prescrição.....	47
30.	Decisão homologatória de autocomposição.....	49
31.	O formal e a certidão de partilha .....	51
32.	Crédito de auxiliar da justiça.....	52
33.	Sentença penal condenatória.....	53
34.	Sentença arbitral.....	55
35.	Decisão estrangeira.....	56
<b>§ 4º</b>	<b>Particularidades de alguns títulos executivos judiciais .....</b>	<b>59</b>
36.	Condenações a prestações alternativas .....	59
37.	Julgamento fracionado da lide .....	59
38.	Decisões proferidas em procedimento de tutela provisória .....	60
39.	Protesto da decisão judicial transitada em julgado .....	61
<b>§ 5º</b>	<b>Competência.....</b>	<b>64</b>
40.	Juízo competente para o cumprimento da sentença .....	64
41.	Regras legais sobre competência aplicáveis ao cumprimento da sentença.....	64
42.	Competência opcional para o cumprimento da sentença .....	65
43.	Competência para cumprimento da sentença arbitral.....	66
44.	Competência para execução do efeito civil da sentença penal .....	67
45.	Competência internacional .....	67
<b>§ 6º</b>	<b>Defesa do devedor .....</b>	<b>69</b>
46.	Impugnação do executado.....	69
47.	Extensão do sistema de impugnação ao cumprimento de sentença relativa a todas as modalidades de obrigação .....	69
48.	Ausência de preclusão .....	70
49.	Atos executivos posteriores ao prazo legal da impugnação .....	70
50.	Natureza jurídica da impugnação.....	71
51.	Enumeração legal dos temas abordáveis na impugnação ao cumprimento da sentença .....	72
52.	O cumprimento da sentença e a prescrição.....	88
	52.I. Um caso particular de prescrição.....	92
53.	Impedimento ou suspeição do juiz.....	93

54.	Executados com diferentes procuradores .....	93
55.	Regra especial para a impugnação por excesso de execução, no tocante à obrigação de quantia certa .....	93
56.	Efeito da impugnação .....	94
57.	O problema da iliquidez da sentença .....	94
58.	As decisões homologatórias de autocomposição e a defesa do executado .....	96
59.	Procedimento da impugnação .....	96
60.	Instrução probatória .....	97
61.	Julgamento da impugnação .....	97
62.	Coisa julgada .....	98

### CAPÍTULO III – CUMPRIMENTO DA SENTENÇA QUE RECONHECE A EXIGIBILIDADE DE OBRIGAÇÃO DE PAGAR QUANTIA CERTA

<b>§ 7º</b>	<b>Noções introdutórias .....</b>	<b>99</b>
63.	Noção de obrigação por quantia certa .....	99
64.	Cumprimento de sentença que reconhece o dever de pagar quantia .....	99
65.	Requerimento do credor .....	100
66.	Intimação do devedor .....	101
67.	Inexecutividade do fiador e outros coobrigados .....	103
<b>§ 8º</b>	<b>Cumprimento definitivo da sentença que reconhece a exigibilidade de obrigação de pagar quantia certa .....</b>	<b>105</b>
68.	Cabimento.....	105
69.	Multa legal e honorários de advogado .....	105
70.	Contagem do prazo para pagamento .....	109
	70.1. Prazo de pagamento e litisconsórcio passivo .....	110
71.	Penhora e avaliação.....	111
72.	O procedimento executivo.....	111
73.	Requisitos do requerimento inicial do cumprimento da sentença.....	111
74.	Defesa do executado .....	113
75.	Cumprimento de sentença por iniciativa do devedor.....	113
76.	Parcelamento da dívida .....	113
77.	Aplicação subsidiária ao cumprimento provisório.....	114
<b>§ 9º</b>	<b>Cumprimento provisório da sentença que reconhece a exigibilidade de obrigação de pagar quantia certa .....</b>	<b>116</b>
78.	Noções introdutórias .....	116
79.	Fundamentos da execução provisória .....	116
80.	Execução de título extrajudicial embargada.....	117
81.	Situação do tema no Código atual.....	118
82.	Normas básicas da execução provisória.....	119
83.	Casos de dispensa de caução .....	123
84.	Novas regras relativas ao cumprimento provisório.....	124
85.	Aplicação subsidiária das regras de cumprimento provisório de obrigação de quantia certa às obrigações de fazer, não fazer ou de dar.....	125
86.	Incidentes da execução provisória.....	126
87.	Procedimento do cumprimento provisório.....	126

88.	Prazo para ajuizamento do cumprimento provisório da sentença.....	127
-----	---	-----

**CAPÍTULO IV – CUMPRIMENTO DE SENTENÇAS DE OBRIGAÇÃO  
DE QUANTIA CERTA SOB REGIME ESPECIAL**

<b>§ 10.</b>	<b>Cumprimento de sentença que reconhece a exigibilidade de obrigação de prestar alimentos .....</b>	<b>129</b>
89.	A ação de alimentos e a evolução da técnica de cumprimento da sentença .....	129
90.	Procedimento específico de cumprimento da decisão que fixa alimentos .....	130
91.	Disposições próprias do cumprimento da decisão que fixa prestação alimentícia .....	131
92.	Sentenças de indenização por ato ilícito .....	137
93.	Revisão, cancelamento, exoneração ou modificação do pensionamento .....	139
94.	Pensionamento em salários mínimos .....	140
<b>§ 11.</b>	<b>Cumprimento de sentença que reconhece a exigibilidade de obrigação de pagar quantia certa pela Fazenda Pública .....</b>	<b>142</b>
95.	Evolução da execução por quantia certa fundada em sentença contra a Fazenda Pública .....	142
96.	Generalidades do cumprimento de sentença contra a Fazenda Pública .....	142
97.	Procedimento .....	145
98.	Defesa da Fazenda.....	148
99.	Execução provisória.....	150
	99.1. Execução definitiva sob forma de precatório.....	151
	99.2. Execução definitiva na modalidade “requisição de pequeno valor” .....	152
100.	Sequestro de verbas públicas .....	153
101.	Exceções ao regime dos precatórios .....	154
102.	Autonomia do crédito de honorários sucumbenciais .....	156
103.	Credores litisconsorciados .....	157
104.	Possibilidade de fracionamento do precatório.....	158
105.	Cessão e compensação no âmbito dos precatórios.....	159
106.	Execução por quantia certa contra entidade da Administração Pública Indireta .....	160
107.	O atraso no cumprimento dos precatórios e seus consectários.....	161
108.	Procedimento para obtenção do precatório complementar.....	165
108-A.	Gestão dos recursos destinados ao cumprimento de precatórios e Requisições de Pequeno Valor (RPV) .....	165

**CAPÍTULO V – CUMPRIMENTO DE SENTENÇA QUE RECONHECE  
A EXIGIBILIDADE DE OBRIGAÇÃO DE FAZER, DE NÃO FAZER OU DE ENTREGAR COISA**

<b>§ 12.</b>	<b>Noções introdutórias ao cumprimento das decisões sobre obrigações de fazer e de não fazer .....</b>	<b>167</b>
109.	Noção de obrigação de fazer e não fazer.....	167
110.	Execução específica e execução substitutiva .....	168
111.	Correta prestação da tutela substitutiva.....	170
112.	Medidas sub-rogatórias e antecipatórias no cumprimento de sentença.....	171
112-A.	Conversão em perdas e danos .....	172

113.	A multa ( <i>astreinte</i> ) .....	173
114.	Defesa do executado .....	185
<b>§ 13.</b>	<b>Procedimento do cumprimento de sentença que reconhece a exigibilidade de obrigação de fazer ou de não fazer</b> .....	<b>187</b>
115.	Execução de título judicial e extrajudicial que reconheça obrigação de fazer ou de não fazer.....	187
116.	Procedimento do cumprimento de sentença .....	187
117.	Impugnação do executado.....	189
118.	Execução das obrigações de não fazer.....	189
119.	Medidas de apoio .....	191
<b>§ 14.</b>	<b>A sentença que condena ao cumprimento de obrigação de declarar vontade.....</b>	<b>193</b>
120.	Execução das prestações de declaração de vontade.....	193
121.	Satisfação da contraprestação a cargo do exequente .....	195
122.	A execução das sentenças que condenam a declaração de vontade .....	196
123.	Natureza jurídica da sentença .....	197
<b>§ 15.</b>	<b>Cumprimento de sentença que reconhece a exigibilidade de obrigação de entregar coisa.....</b>	<b>199</b>
124.	Noção de obrigação de dar (entrega de coisa) .....	199
125.	Histórico dos títulos especiais de entrega de coisa: ações executivas <i>lato sensu</i> .....	199
126.	Tutela substitutiva nas obrigações de dar: o equivalente econômico .....	202
127.	Oportunidade correta para a conversão da tutela específica em tutela substitutiva.....	203
128.	Procedimento .....	204
129.	Defesa do executado .....	205
130.	Obrigação genérica .....	205
131.	Retenção por benfeitorias .....	206
132.	Multa e outras medidas de apoio na entrega de coisa.....	207
133.	Encerramento do processo .....	207

## Parte II – Execução dos Títulos Executivos Extrajudiciais

### CAPÍTULO VI – PROCESSO DE EXECUÇÃO

<b>§ 16.</b>	<b>Princípios gerais da execução forçada.....</b>	<b>209</b>
134.	Disposições gerais.....	209
135.	Vias de execução .....	210
136.	O processo judicial.....	211
137.	Processo de conhecimento e processo de execução .....	211
138.	Diferenças entre a execução forçada e o processo de conhecimento.....	212
139.	Visão unitária da jurisdição.....	214
140.	Realização da sanção: fim da execução forçada.....	214
141.	Espécies de sanções realizáveis por via da execução forçada .....	215
142.	Execução forçada, cumprimento voluntário da obrigação e outras medidas de realização dos direitos subjetivos.....	216
143.	Meios de execução .....	217
143-A.	Ampliação do uso dos meios coercitivos pelo CPC/2015 .....	217

144.	Autonomia do processo de execução .....	218
145.	Cumprimento da sentença e processo de execução .....	220
146.	Notas sobre a modernização da execução do título extrajudicial .....	221
147.	Opção do credor entre ação ordinária de cobrança e ação de execução .....	221
<b>§ 17.</b>	<b>Princípios informativos da tutela jurisdicional executiva.....</b>	<b>223</b>
148.	Princípios informativos do processo de execução.....	223
149.	Princípio da realidade: toda execução é real .....	223
150.	Princípio da satisfatividade: a execução tende apenas à satisfação do direito do credor.....	224
151.	Princípio da utilidade da execução.....	224
152.	Princípio da economia da execução .....	224
153.	Princípio da especificidade da execução.....	225
154.	Princípio dos ônus da execução .....	225
155.	Princípio do respeito à dignidade humana.....	226
156.	Princípio da disponibilidade da execução .....	226
157.	Disponibilidade parcial da execução: redução do pedido executivo .....	227
158.	Honorários advocatícios na desistência da execução.....	229
<b>§ 18.</b>	<b>Formas de execução e atos de execução.....</b>	<b>230</b>
159.	As várias formas de execução.....	230
160.	Execução singular e execução coletiva.....	230
161.	Atos de execução .....	231
162.	Relação processual executiva.....	232
163.	A citação executiva .....	233
<b>§ 19.</b>	<b>Execução provisória e definitiva em matéria de execução de título extrajudicial.....</b>	<b>235</b>
164.	Procedimento da execução forçada.....	235
165.	Observações sobre a petição inicial.....	235
166.	Excepcionalidade da execução provisória de título extrajudicial.....	236
<b>§ 20.</b>	<b>Disposições gerais.....</b>	<b>239</b>
167.	Aplicação subsidiária de normas do processo de conhecimento ao processo de execução .....	239
168.	Poderes do juiz no processo de execução .....	239
169.	Coibição dos atos atentatórios à dignidade da Justiça praticáveis durante o processo de execução.....	241
170.	Responsabilidade civil decorrente de execução indevida.....	243
171.	Cobrança das multas e indenizações decorrentes de litigância de má-fé.....	244
<b>CAPÍTULO VII – REQUISITOS PARA REALIZAR QUALQUER EXECUÇÃO</b>		
<b>§ 21.</b>	<b>Pressupostos e condições da execução forçada.....</b>	<b>246</b>
172.	Pressupostos processuais e condições da ação.....	246
173.	O título executivo.....	247
174.	Função do título executivo .....	247
175.	Efeito prático do título executivo.....	249

176.	Requisitos do título executivo: obrigação certa, líquida e exigível .....	249
177.	Formas dos títulos executivos .....	251
178.	A exigibilidade da obrigação .....	252
179.	O inadimplemento em contrato bilateral .....	253

## CAPÍTULO VIII – A RELAÇÃO PROCESSUAL E SEUS ELEMENTOS

§ 22.	<b>Elementos objetivos e subjetivos do processo de execução</b> .....	256
180.	Elementos do processo executivo .....	256

## CAPÍTULO IX – ELEMENTOS SUBJETIVOS (I)

§ 23.	<b>Partes. legitimação ativa</b> .....	258
181.	Nomenclatura .....	258
182.	Legitimação ativa .....	258
183.	Legitimação ativa originária do credor .....	259
184.	Legitimação extraordinária do Ministério Público .....	259
185.	Legitimação ativa derivada ou superveniente .....	259
186.	Espólio .....	260
187.	Herdeiros e sucessores .....	261
188.	Cessionário .....	262
189.	Sub-rogado .....	263
190.	Legitimações supervenientes extraordinárias: massa falida, condomínio e herança jacente ou vacante .....	264
191.	Terceiros interessados .....	264
192.	Desnecessidade de consentimento do executado para o exercício da legitimidade ativa superveniente .....	264
§ 24.	<b>Legitimação passiva</b> .....	266
193.	Legitimação passiva .....	266
194.	Dívida e responsabilidade .....	266
195.	O devedor .....	268
196.	Espólio e sucessores .....	268
197.	O novo devedor .....	270
198.	Fiador judicial .....	272
199.	Fiador extrajudicial .....	272
200.	Responsável titular do bem vinculado por garantia real ao pagamento do débito .....	274
201.	Responsável tributário .....	275
202.	Revelia do devedor e curador especial .....	278
§ 25.	<b>Litisconsórcio e intervenção de terceiros no processo de execução</b> .....	280
203.	Litisconsórcio .....	280
204.	Assistência .....	280
205.	Denúnciação da lide .....	281
206.	Chamamento ao processo .....	282
§ 26.	<b>Processo cumulativo</b> .....	285
207.	Cumulação de execuções .....	285

208.	Cumulação sucessiva de execuções .....	287
209.	Cúmulo subjetivo .....	287

## CAPÍTULO X – ELEMENTOS SUBJETIVOS (II)

§ 27.	<b>O órgão judicial</b> .....	289
210.	Juízo competente para a execução .....	289
211.	Execução de sentença .....	289
212.	Competência para execução de títulos extrajudiciais .....	289
213.	Competência para a execução fiscal .....	290
214.	Título executivo extrajudicial estrangeiro .....	291
215.	Competência para deliberação sobre os atos executivos .....	291

## CAPÍTULO XI – ELEMENTOS OBJETIVOS DO PROCESSO DE EXECUÇÃO (I)

§ 28.	<b>Objeto da atividade executiva</b> .....	293
216.	Bens exequíveis.....	293
217.	Resquícios da execução pessoal .....	293
§ 29.	<b>Responsabilidade patrimonial</b> .....	295
218.	Obrigação e responsabilidade .....	295
219.	Extensão da responsabilidade patrimonial do devedor .....	296
220.	Responsabilidade e legitimação passiva para a execução .....	297
221.	Responsabilidade executiva secundária .....	298
222.	Excuss�o de bens do sucessor singular .....	299
223.	Excuss�o de bens do sócio .....	301
224.	Desconsidera�o da personalidade jurídica .....	302
225.	Benefício de ordem na execução de d�vida de pessoa jurídica .....	303
226.	Bens do devedor em poder de terceiros.....	305
227.	Excuss�o de bens de devedor casado ou em união estável: tutela da mea- ção .....	305
228.	Bens alienados em fraude � execução .....	306
229.	Casos de fraude � execução .....	308
230.	Fraude � execução e insolvência do devedor.....	313
231.	A fraude por meio de negócio financeiro .....	315
232.	A aplica�o da teoria da distribu�o dinâmica do ônus da prova � fraude � execu�o .....	316
233.	A posi�o do terceiro adquirente em face da execu�o .....	318
234.	Fraude � execu�o e desconsidera�o da personalidade jurídica .....	319
235.	Bens sujeitos ao direito de reten�o.....	321
236.	Excuss�o de bens do fiador.....	322
237.	Bens de espólio .....	322
238.	Execu�o que tenha por objeto bem gravado com direito real de superfi- cie .....	323
238-A.	Execu�o que envolva o direito real de laje .....	323
239.	A Lei n� 13.097/2015 e a fraude � execu�o .....	324

## CAPÍTULO XII – ELEMENTOS OBJETIVOS DO PROCESSO DE EXECUÇÃO (II)

<b>§ 30.</b>	<b>Execução de títulos extrajudiciais</b> .....	327
240.	Execução de sentença e ação executiva.....	327
241.	Conversão de execução forçada em ação ordinária de cobrança .....	328
<b>§ 31.</b>	<b>Títulos executivos extrajudiciais</b> .....	329
242.	Títulos executivos extrajudiciais e sua classificação .....	329
243.	Títulos cambiários e cambiariformes .....	330
244.	Duplicatas .....	331
245.	Responsáveis cambiários.....	332
246.	Documento público ou particular .....	334
246-A	Decisão do Tribunal de Contas.....	335
247.	O instrumento de transação referendado por conciliador ou mediador credenciado por tribunal .....	336
248.	Contrato com convenção arbitral .....	336
249.	Confissões de dívida.....	337
250.	Contrato de abertura de crédito.....	337
251.	Hipoteca, penhor, anticrese ou outro direito real de garantia e caução.....	340
252.	Execução hipotecária.....	342
252-A.	A execução hipotecária extrajudicial do Sistema Financeiro da Habitação (SFH) .....	344
253.	Remição da hipoteca e pagamento do débito hipotecário pelo novo proprietário do imóvel.....	345
254.	A hipoteca e a prescrição .....	346
255.	Classificação das garantias.....	347
	255.1 Fiança. Extensão da caução fidejussória.....	348
256.	Seguros .....	348
257.	Rendas imobiliárias .....	349
258.	Aluguel de imóvel e encargos acessórios .....	349
259.	Encargo de condomínio.....	351
260.	Dívida ativa da Fazenda Pública .....	351
261.	O crédito referente às contribuições ordinárias ou extraordinárias de condomínio edilício, previstas na respectiva convenção ou aprovadas em assembleia geral.....	354
262.	Certidão expedida por serventia notarial ou de registro relativa a valores de emolumentos e outras despesas devidas pelos atos por ela praticados.....	355
263.	Títulos executivos definidos em outras leis.....	355
264.	Concurso de execução forçada e ação de conhecimento sobre o mesmo título..	356
265.	Títulos estrangeiros.....	358

## CAPÍTULO XIII – DISPOSIÇÕES GERAIS

<b>§ 32.</b>	<b>Regras pertinentes às diversas espécies de execução</b> .....	359
266.	Organização da matéria no Código de Processo Civil.....	359
267.	Direito de preferência gerado pela penhora.....	359
268.	Tutela aos privilégios emergentes da penhora .....	362
269.	A petição inicial.....	362

270.	A documentação da petição inicial .....	363
271.	Outras providências a cargo do credor .....	364
272.	Obrigações alternativas .....	364
273.	Penhora de bens gravados por penhor, hipoteca, anticrese, alienação fiduciária, usufruto, uso ou habitação .....	365
274.	Penhora que recaia sobre bem cuja promessa de compra e venda esteja registrada .....	365
275.	Penhora de bem sujeita ao regime do direito de superfície, enfiteuse, concessão de uso especial para fins de moradia ou concessão de direito real de uso .....	366
275-A.	Penhora de direitos reais sobre imóvel alheio: direito de superfície e direito de laje .....	366
275-B.	Penhora de cota de bem indivisível .....	367
276.	Penhora de quota social ou de ação de sociedade anônima fechada .....	367
277.	Medidas acautelatórias .....	368
278.	Prevenção contra a fraude de execução, por meio de registro público .....	368
279.	Efeito da averbação .....	369
280.	Abuso do direito de averbação .....	370
281.	Petição inicial incompleta ou mal instruída .....	370
281-A.	Inscrição do nome do executado em cadastro de inadimplentes .....	371
282.	Execução e prescrição .....	371
283.	Nulidades no processo de execução .....	373
284.	Imperfeição do título executivo .....	373
285.	Falta de título executivo .....	373
286.	Nulidade da execução fiscal .....	374
287.	Vício da citação .....	375
288.	Verificação da condição ou ocorrência do termo .....	376
289.	A arguição das nulidades .....	376
290.	A arrematação de bem gravado com direito real .....	377
291.	Arrematação de bem sujeito à penhora em favor de outro credor .....	378
292.	Execução realizável por vários meios .....	379
293.	Peculiaridades da citação executiva .....	380

#### CAPÍTULO XIV – EXECUÇÃO PARA ENTREGA DE COISA

§ 33.	<b>Procedimento próprio para a execução das obrigações de entrega de coisa .....</b>	<b>382</b>
294.	Conceito .....	382
295.	Evolução da tutela relativa à entrega de coisa certa .....	383
296.	Procedimento .....	383
297.	Cominação de multa diária .....	385
298.	Regime dos embargos do executado .....	386
299.	Alienação da coisa devida .....	387
300.	Execução da obrigação substitutiva .....	387
301.	Execução de coisa sujeita a direito de retenção .....	388
302.	Embargos de retenção .....	389
303.	Execução para entrega de coisa incerta .....	390
304.	Medidas de coerção e apoio .....	390

## CAPÍTULO XV – EXECUÇÃO DAS OBRIGAÇÕES DE FAZER E NÃO FAZER

§ 34.	<b>Procedimentos próprios das execuções das obrigações de fazer e não fazer.....</b>	394
305.	O problema da execução das prestações de fato .....	394
306.	Fungibilidade das prestações.....	395
307.	<i>Astreinte</i> : a multa como meio de coação.....	395
308.	Distinções preliminares.....	398
309.	Princípios comuns .....	398
310.	Sistemas de execução de título judicial e extrajudicial que reconheça obrigação de fazer ou de não fazer.....	399
311.	Execução das prestações fungíveis.....	399
312.	Realização da prestação fungível por terceiro.....	400
313.	Inadimplência do terceiro contratante .....	402
314.	Realização da prestação pelo próprio credor .....	402
315.	O interesse que justifica a adoção do procedimento previsto no art. 817 .....	403
316.	Autotutela prevista no atual Código Civil .....	403
317.	Execução das prestações infungíveis.....	404
318.	Execução das obrigações de não fazer.....	405

## CAPÍTULO XVI – EXECUÇÃO POR QUANTIA CERTA

§ 35.	<b>Noções gerais.....</b>	408
319.	O objetivo da execução por quantia certa .....	408
319-A.	Prestações vincendas .....	409
320.	Execução por quantia certa como forma de desapropriação pública de bens privados .....	409
321.	Espécies .....	410

## CAPÍTULO XVII – EXECUÇÃO POR QUANTIA CERTA CONTRA DEVEDOR SOLVENTE

§ 36.	<b>Fase de proposição.....</b>	412
322.	Execução por quantia certa contra devedor solvente.....	412
323.	Proposição.....	413
324.	Procedimento da penhora e avaliação .....	414
325.	Arresto de bens do devedor não encontrado .....	415
326.	Honorários de advogado em execução de título extrajudicial.....	416
327.	Redução da verba honorária.....	417
328.	Majoração da verba honorária .....	417

## CAPÍTULO XVIII – FASE DE INSTRUÇÃO (I)

§ 37.	<b>Penhora.....</b>	418
329.	A penhora como o primeiro ato expropriatório da execução forçada por quantia certa .....	418
330.	Natureza jurídica da penhora .....	419
331.	Função da penhora .....	421
332.	Efeitos da penhora perante o credor, o devedor e terceiros .....	422
333.	Penhora de imóvel, veículos e outros bens sujeitos a registro público .....	424

334.	Averbação da penhora no registro competente .....	427
335.	Lugar de realização da penhora .....	428
336.	Penhora de imóvel e veículos automotores localizados fora da comarca da execução .....	428
<b>§ 38.</b>	<b>Objeto da penhora</b> .....	<b>430</b>
337.	Bens penhoráveis e impenhoráveis.....	430
338.	Bens impenhoráveis.....	431
339.	Ressalva geral à regra da impenhorabilidade .....	441
340.	Ressalva da impenhorabilidade em relação aos bens móveis úteis ou necessários ao produtor rural.....	441
341.	A impenhorabilidade do imóvel de residência da família.....	441
341-A.	Renúncia à impenhorabilidade .....	444
342.	Impenhorabilidade sucessiva do bem penhorado em execução fiscal.....	445
342-A.	Pode a impenhorabilidade ser instituída por medida cautelar? .....	446
343.	Bens relativamente impenhoráveis.....	447
344.	As quotas ou ações de sociedades empresariais.....	448
345.	Limites da penhora .....	451
346.	Valor dos bens penhoráveis .....	451
347.	Escolha dos bens a penhorar .....	452
348.	A ordem de preferência legal para a escolha dos bens a penhorar .....	452
349.	Outras exigências a serem cumpridas na escolha do bem a penhorar, por qualquer das partes.....	454
350.	Penhora sobre os bens escolhidos pelo executado .....	455
351.	Dever de cooperação do executado na busca dos bens a penhorar .....	456
352.	Situação dos bens a penhorar .....	456
353.	Bens fora da comarca.....	457
<b>§ 39.</b>	<b>Realização e formalização da penhora</b> .....	<b>459</b>
354.	Penhora pelo oficial de justiça.....	459
355.	Penhora de bens em mãos de terceiro.....	459
356.	Dificuldade na localização dos bens a penhorar .....	460
357.	Frustração da diligência .....	460
358.	Resistência à penhora: arrombamento e emprego de força policial.....	461
359.	Auto de penhora pelo oficial de justiça e penhora por termo do escrivão.....	461
360.	Intimação de penhora .....	462
<b>§ 40.</b>	<b>Penhoras especiais</b> .....	<b>464</b>
361.	Particularidades da penhora de certos bens.....	464
362.	Penhora de dinheiro em depósito ou aplicação financeira .....	464
363.	Impenhorabilidade do saldo bancário .....	470
364.	Penhora de créditos e outros direitos patrimoniais.....	471
365.	Penhora sobre créditos do executado.....	472
366.	Sub-rogação do exequente nos direitos do executado .....	473
367.	Penhora de crédito do executado frente ao próprio exequente .....	474
368.	Penhora no rosto dos autos .....	474
369.	Penhora sobre créditos parcelados ou rendas periódicas.....	475
370.	Penhora sobre direito a prestação ou a restituição de coisa determinada.....	476

371.	Penhora de ações ou das quotas de sociedades personificadas .....	476
372.	Penhora de direitos e ações .....	478
373.	Penhora de empresas, de outros estabelecimentos e de semoventes.....	478
374.	Penhora de edifícios em construção sob o regime de incorporação imobiliária .....	479
375.	Empresas concessionárias ou permissionárias de serviço público.....	480
376.	Penhora de navio ou aeronave .....	481
377.	Penhora de imóvel integrante do estabelecimento da empresa .....	481
378.	Penhora de parte do faturamento da empresa executada.....	481
379.	Efetivação do esquema de apropriação das parcelas do faturamento.....	483
380.	Penhora <i>on-line</i> e preservação do capital de giro da empresa.....	484
381.	Penhora de frutos e rendimentos de coisa móvel ou imóvel.....	486
382.	Efeitos da penhora de frutos e rendimentos de coisa móvel ou imóvel.....	488
383.	Penhora de bem indivisível e preservação da cota do cônjuge ou coproprietário não devedor .....	489
384.	Multiplicidade de penhoras sobre os mesmos bens .....	490
<b>§ 41.</b>	<b>Alterações e resgate da penhora .....</b>	<b>492</b>
385.	Modificações da penhora.....	492
386.	Substituição da penhora.....	493
387.	Substituição por iniciativa de qualquer das partes .....	494
388.	Substituição por iniciativa do executado .....	495
389.	Ausência de prejuízo para o exequente na substituição.....	496
390.	Menor onerosidade para o executado .....	496
391.	Substituição da penhora por fiança bancária ou seguro.....	497
392.	Remição da execução por quantia certa .....	498
<b>§ 42.</b>	<b>Depósito e administração dos bens penhorados.....</b>	<b>500</b>
393.	Depósito dos bens penhorados .....	500
394.	Escolha do depositário .....	500
395.	Depósito dos bens móveis, semoventes, imóveis urbanos e direitos aquisitivos sobre imóveis urbanos.....	501
396.	Depósito no caso de saldo bancário ou aplicação financeira.....	502
397.	Depósito em caso de penhora sobre joias, pedras e objetos preciosos .....	502
398.	Função do depositário.....	502
399.	Alienação antecipada dos bens penhorados.....	503
400.	Depositário comum e depositário administrador .....	504
401.	Responsabilidade do depositário .....	504
402.	Entrega de bens após a apropriação executiva .....	505
403.	Prisão civil do depositário judicial .....	506
<b>CAPÍTULO XIX – FASE DE INSTRUÇÃO (II)</b>		
<b>§ 43.</b>	<b>Expropriação .....</b>	<b>508</b>
404.	Conceito .....	508
405.	Modalidades de expropriação .....	508
406.	Avaliação .....	510
407.	O encarregado da avaliação.....	510

408.	Laudo de avaliação.....	511
409.	Dispensa da avaliação.....	512
410.	Avaliação de bem imóvel .....	513
411.	Avaliação e contraditório .....	513
412.	Repetição da avaliação .....	514
413.	Reflexos da avaliação sobre os atos de expropriação executiva .....	516
<b>§ 44.</b>	<b>Adjudicação</b> .....	<b>518</b>
414.	Introdução.....	518
415.	Conceito de adjudicação .....	518
416.	Requisitos da adjudicação.....	519
417.	Intimação do executado.....	520
418.	Depósito do preço.....	520
419.	Legitimação para adjudicar .....	521
420.	Adjudicação por credor.....	522
421.	Adjudicação por cônjuge, companheiro, descendente ou ascendente do executado .....	523
422.	Prazo para a adjudicação.....	524
423.	Concurso entre pretendentes à adjudicação.....	525
424.	Auto de adjudicação .....	526
425.	Aperfeiçoamento da adjudicação.....	527
426.	Carta de adjudicação .....	527
427.	Remição do imóvel hipotecado.....	528
<b>§ 45.</b>	<b>Alienação por iniciativa particular</b> .....	<b>530</b>
428.	As atuais dimensões da expropriação judicial por meio de alienação por iniciativa particular .....	530
429.	O preço mínimo para a alienação por iniciativa particular .....	531
430.	Formalização da alienação por iniciativa particular .....	534
431.	Carta de alienação.....	534
<b>§ 46.</b>	<b>Alienação em leilão judicial</b> .....	<b>536</b>
432.	Conceito de leilão judicial e arrematação .....	536
433.	Espécies de hasta pública .....	536
434.	Escolha do leiloeiro ou corretor de bolsa .....	537
435.	Edital do leilão .....	537
436.	Leiloeiro público .....	538
436-A.	Leilão eletrônico (particularidades) .....	540
437.	Publicidade do edital .....	541
438.	Intimação da alienação judicial ao devedor .....	542
439.	Outras intimações da alienação judicial .....	542
440.	Adiamento do leilão .....	545
441.	O leilão judicial .....	545
442.	Aquisição do bem leiloado a prazo.....	546
443.	Legitimação para arrematar.....	548
444.	Forma de pagamento e formalização da arrematação .....	550
445.	Auto de arrematação.....	550
446.	Arrematação de imóveis.....	552

447.	Requisitos mínimos da proposta de arrematação em prestações.....	553
448.	Remédios contra os vícios da arrematação .....	554
449.	Desistência da arrematação .....	555
450.	Invalidez e ineficácia da arrematação no regime anterior .....	555
451.	Invalidez e ineficácia da arrematação no regime do CPC/2015.....	557
452.	Natureza da perda de efeitos da arrematação .....	559
452.1.	Invalidação da arrematação por preço vil ou defasado .....	561
453.	Alienação de bens gravados com direitos reais em favor de terceiros .....	561
454.	Procedimento para obtenção das medidas do art. 903 do CPC/2015.....	562
455.	Arrematação realizada antes do julgamento dos embargos do devedor .....	562
456.	Arrematação em execução provisória de título extrajudicial.....	563
457.	Carta de arrematação .....	563
458.	Arrematação e remição da execução.....	566
459.	Efeitos da arrematação .....	567
460.	Evicção e arrematação .....	568
461.	Vícios redibitórios.....	569
462.	Ação anulatória da arrematação .....	570
462.1.	Prazo para propositura da anulatória .....	571
463.	Remição dos bens arrematados .....	572
§ 47.	<b>Apropriação de frutos e rendimentos.....</b>	574
464.	Modalidade especial de expropriação.....	574
465.	Iniciativa.....	574
466.	Pressuposto .....	575
467.	Procedimento .....	575
468.	Pagamento ao exequente.....	575

## CAPÍTULO XX – FASE DE SATISFAÇÃO

§ 48.	<b>Pagamento ao credor de quantia certa .....</b>	576
469.	Satisfação do direito do exequente.....	576
470.	Última etapa do processo de execução.....	577
§ 49.	<b>Pagamento por entrega do dinheiro .....</b>	578
471.	Entrega do dinheiro .....	578
471.1.	Levantamento a maior .....	579
472.	Concurso de preferência sobre o produto da execução .....	579
472-A	Das preferências de direito substancial.....	581
473.	O privilégio superespecial dos créditos trabalhistas e dos honorários de advogado.....	582
474.	Procedimento do concurso particular .....	583

## CAPÍTULO XXI – EXECUÇÃO CONTRA A FAZENDA PÚBLICA

§ 50.	<b>Execução de título extrajudicial que reconheça a exigibilidade de obrigação de pagar quantia certa a cargo do poder público.....</b>	586
475.	Execução forçada contra a Fazenda Pública fundada em obrigação de quantia certa .....	586

476.	Defesa da Fazenda Pública.....	588
477.	Julgamento .....	590
477-A.	Suspensão e extinção de executivos fiscais de pequeno valor.....	592

## CAPÍTULO XXII – EXECUÇÃO DA OBRIGAÇÃO DE ALIMENTOS

§ 51.	<b>Execução por quantia certa de título extrajudicial em matéria de alimentos .....</b>	594
478.	Introdução.....	594
479.	Execução autônoma da prestação alimentícia .....	594
479-A.	Protesto e inscrição do devedor de alimentos em cadastros de inadimplentes... ..	595
480.	Execução de alimentos fundada em título extrajudicial, segundo o CPC/2015..	595
481.	Averbação em folha de pagamento.....	596
482.	Prisão civil do devedor .....	596
483.	Opção entre a execução comum por quantia certa e a execução especial de alimentos.....	598

## Parte III – Oposição à Execução Forçada

### CAPÍTULO XXIII – RESISTÊNCIA DO DEVEDOR E DE TERCEIROS

§ 52.	<b>Embargos à execução .....</b>	601
484.	Resistência à execução.....	601
485.	Outros meios impugnativos .....	602
486.	Embargos e impugnação .....	604
487.	Natureza jurídica dos embargos à execução.....	607
488.	Classificação dos embargos do devedor.....	607
489.	Legitimação.....	608
490.	Autonomia dos embargos de cada coexecutado .....	609
491.	Competência.....	610
492.	Generalidades sobre o processamento dos embargos.....	612
493.	Segurança do juízo.....	614
494.	Prazo para propositura dos embargos do devedor .....	615
495.	Litisconsórcio passivo e prazo para embargar .....	616
496.	Rejeição liminar dos embargos .....	617
497.	Procedimento .....	621
498.	A multa aplicável aos embargos manifestamente protelatórios.....	622
499.	Cobrança das multas e indenizações decorrentes de litigância de má-fé.....	624
500.	Os embargos à execução e a revelia do embargado .....	625
501.	Efeitos dos embargos sobre a execução.....	627
502.	Atribuição de efeito suspensivo aos embargos.....	628
503.	Embargos parciais .....	629
504.	Embargos de um dos coexecutados.....	629
505.	Embargos fundados em excesso de execução .....	630
506.	Arguição de incompetência, suspeição ou impedimento.....	630
507.	Embargos de retenção por benfeitorias.....	630
508.	Matéria arguível nos embargos à execução .....	631
509.	Arguição de nulidade da execução .....	632

510.	Vícios da penhora e da avaliação .....	633
511.	Excesso de execução ou cumulação indevida de execuções.....	634
512.	Retenção por benfeitorias .....	635
513.	Defesas próprias do processo de conhecimento .....	636
514.	Pagamento em dobro do valor cobrado indevidamente.....	637
515.	Autonomia dos embargos do devedor em relação à execução .....	638
516.	Embargos à adjudicação, alienação ou arrematação .....	639
517.	Legitimação para a ação autônoma do art. 903, § 4º, do CPC/2015 .....	640
518.	Objeto da ação autônoma do art. 903, § 4º, do CPC/2015 .....	640
519.	A posição especial do arrematante .....	641
520.	Exceção de pré-executividade .....	642
521.	Sucumbência na exceção de pré-executividade .....	644
<b>§ 53.</b>	<b>Parcelamento judicial do crédito exequendo</b> .....	<b>646</b>
522.	Moratória legal .....	646
523.	Requisitos para a obtenção do parcelamento .....	646
524.	Procedimento do incidente.....	647
525.	Indeferimento do parcelamento.....	649
526.	Descumprimento do parcelamento .....	649
<b>§ 54.</b>	<b>Embargos de terceiro</b> .....	<b>651</b>
527.	Visão geral.....	651
528.	Natureza da ação .....	652
529.	Legitimação ativa .....	652
530.	<i>Provocatio ad agendum</i> .....	654
531.	Legitimação passiva .....	654
532.	Valor da causa.....	654
533.	Competência.....	655
534.	Oportunidade .....	655
535.	Julgamento e recurso .....	655
536.	Procedimento .....	656
537.	Efeitos dos embargos quando há deferimento da liminar.....	656
538.	Efeitos do julgamento do mérito dos embargos .....	657
539.	Embargos de terceiro opostos por credor com garantia real .....	657
540.	Sucumbência na ação de embargos de terceiro.....	658

## Parte IV – Insolvência Civil

### CAPÍTULO XXIV – EXECUÇÃO POR QUANTIA CERTA CONTRA DEVEDOR INSOLVENTE

<b>§ 55.</b>	<b>Execução concursal</b> .....	<b>661</b>
541.	Introdução .....	661
542.	Execução coletiva e execução singular.....	661
543.	Pressupostos da execução coletiva.....	662
544.	Efeitos da declaração de insolvência.....	664
545.	Características da execução coletiva.....	666
546.	Algumas diferenças entre a falência e a insolvência civil .....	666

<b>§ 56. Primeira fase do processo de insolvência</b> .....	668
547. Apuração ou verificação da insolvência. Natureza jurídica do processo.....	668
548. Caracterização da insolvência .....	670
<b>§ 57. Espécies de procedimentos concursais e iniciativa do processo</b> .....	672
549. Legitimação.....	672
550. Insolvência requerida pelo credor .....	673
551. Caráter facultativo da ação concursal .....	674
552. Insolvência de cônjuges.....	674
553. Ausência de bens penhoráveis do devedor.....	675
<b>§ 58. Procedimentos da execução coletiva</b> .....	677
554. Procedimento da insolvência requerida pelo credor.....	677
555. Insolvência requerida pelo devedor ou seu espólio.....	678
<b>§ 59. Competência para a execução concursal</b> .....	682
556. Competência.....	682
<b>§ 60. Sentença declaratória de insolvência</b> .....	683
557. Declaração judicial de insolvência.....	683
<b>§ 61. Administração da massa</b> .....	685
558. O administrador da massa.....	685
559. Atribuições do administrador .....	686
<b>§ 62. Concurso de credores</b> .....	688
560. Verificação e classificação dos créditos.....	688
561. Credores retardatários e credores sem título executivo.....	689
562. Quadro geral de credores.....	690
<b>§ 63. Satisfação dos direitos dos credores e finalização do processo</b> .....	693
563. Apuração do ativo e pagamento dos credores.....	693
564. Encerramento e suspensão do processo.....	694
565. Saldo devedor .....	695
566. Extinção das obrigações .....	695
<b>§ 64. Disposições gerais</b> .....	698
567. Concordata civil.....	698
568. Pensão para o devedor.....	698
569. Insolvência de pessoas jurídicas.....	699
570. Editais .....	699

## Parte V – Crises da Execução e Sistema Recursal

### CAPÍTULO XXV – SUSPENSÃO E EXTINÇÃO DO PROCESSO DE EXECUÇÃO

<b>§ 65. Vicissitudes do Processo Executivo</b> .....	703
571. Suspensão da execução.....	703
572. Casos de suspensão.....	705

573.	Suspensão prevista nos arts. 313 e 315 do CPC/2015 .....	705
574.	Suspensão provocada por embargos .....	707
575.	Suspensão por inexistência de bens penhoráveis .....	707
576.	Suspensão e prescrição intercorrente .....	708
577.	A prescrição intercorrente e a jurisprudência do STJ anterior ao CPC/2015.....	711
578.	Suspensão da execução e possibilidade de embargos do devedor .....	712
579.	Suspensão da execução por falta de interessados na arrematação dos bens penhorados.....	713
580.	Suspensão em razão do parcelamento do débito .....	713
581.	Efeitos da suspensão .....	713
582.	Extinção da execução .....	714
583.	Extinção por indeferimento da petição inicial.....	714
584.	Extinção por satisfação da obrigação (remição da execução).....	715
585.	Extinção da dívida por qualquer outro meio .....	715
586.	Extinção por renúncia .....	716
587.	Extinção pela prescrição intercorrente.....	716
588.	Outros casos de extinção da execução .....	716
589.	Sentença de extinção .....	717
590.	Coisa julgada .....	719
<b>§ 66.</b>	<b>Recursos no processo de execução .....</b>	<b>721</b>
591.	O problema recursal na execução .....	721
592.	Sentenças e decisões em matéria de execução e seus incidentes .....	721
593.	Casos de cabimento da apelação.....	722
594.	Casos de agravo de instrumento.....	722
595.	Efeitos dos recursos .....	723
596.	Desapensamento dos autos dos embargos para tramitação da apelação.....	723
597.	Causas de alçada.....	724
598.	Recursos extraordinário e especial .....	724

## Parte VI – O Processo nos Tribunais

### CAPÍTULO XXVI – NOÇÕES GERAIS

<b>§ 67.</b>	<b>O Processo nos Tribunais.....</b>	<b>725</b>
599.	Duplo grau de jurisdição.....	725
600.	Competência dos tribunais.....	725
601.	Características dos processos de competência originária dos tribunais.....	726
602.	Casos de competência originária dos tribunais .....	726
603.	Posição da matéria no Código de Processo Civil de 2015 .....	729
604.	O funcionamento dos tribunais .....	730
605.	O sistema de julgamento dos tribunais.....	731
606.	A relevante função do relator .....	731
607.	O rito do processamento e julgamento de causa no Tribunal.....	734
<b>§ 68.</b>	<b>Valorização da jurisprudência .....</b>	<b>747</b>
608.	A valorização da jurisprudência e o sistema de súmulas.....	747

609.	Jurisprudência e normas principiológicas e enunciadoras de cláusulas gerais....	748
610.	Características do sistema sumular .....	751
611.	A posição do atual CPC sobre a força normativa da jurisprudência .....	752
612.	Uniformização da jurisprudência e causas de massa .....	756
612-A.	Uniformização da jurisprudência nos Tribunais Superiores por meio do regime especial de recursos repetitivos.....	757
613.	Decisões e súmulas vinculantes e não vinculantes .....	759
613.1.	Decisão do STF em regime de repercussão geral: formação de precedente vinculante.....	764
614.	Regras a serem cumpridas pelos tribunais a respeito das respectivas jurisprudências.....	765
614-A.	Otimização do sistema de precedente.....	767
614-B.	Identidade entre o precedente e a causa nova .....	768
615.	Publicidade e alteração da jurisprudência.....	771
615.1.	Modulação da jurisprudência vinculante.....	771
616.	A uniformização de jurisprudência no âmbito dos Juizados Especiais.....	772
616.1.	A reclamação para o STJ após o advento do CPC/2015.....	774
617.	Súmula jurisprudencial.....	776
618.	Súmula vinculante.....	777
619.	Regulamentação da súmula vinculante.....	778
<b>§ 69.</b>	<b>Incidente de assunção de competência.....</b>	<b>782</b>
620.	Conceito .....	782
620-A	Natureza jurídica.....	783
621.	Pressupostos.....	783
622.	Procedimento .....	784
623.	Efeitos da decisão .....	784
<b>§ 70.</b>	<b>Incidente de arguição de inconstitucionalidade .....</b>	<b>785</b>
624.	O controle da constitucionalidade no direito brasileiro .....	785
625.	Regulamentação legal.....	785
626.	O incidente de arguição de inconstitucionalidade nos tribunais .....	787
627.	Objeto da arguição de inconstitucionalidade.....	787
628.	Iniciativa de arguição.....	787
629.	Momento da arguição .....	788
630.	Competência para apreciar o cabimento do incidente .....	788
631.	O julgamento da arguição.....	789
<b>§ 71.</b>	<b>Conflito de Competência.....</b>	<b>792</b>
632.	Conflito de competência .....	792
<b>§ 72.</b>	<b>Homologação de decisão estrangeira e concessão do <i>exequatur</i> à carta rogatória .....</b>	<b>794</b>
633.	A eficácia da decisão estrangeira .....	794
634.	O sistema nacional.....	794
635.	A homologação da decisão estrangeira.....	795
636.	Decisões estrangeiras homologáveis.....	795
637.	Decisões estrangeiras que dispensam homologação.....	798

638.	Homologação parcial da decisão estrangeira .....	798
639.	Requisitos da homologação de decisão estrangeira.....	799
639-A.	Concorrência entre processos estrangeiro e nacional.....	800
640.	Natureza da decisão homologatória .....	802
641.	O procedimento da homologação .....	802
642.	A execução .....	804
643.	Pedidos de urgência .....	804
643-A.	Rescisão da sentença estrangeira .....	805
644.	A concessão do <i>exequatur</i> à carta rogatória .....	805
645.	Execução de medida de urgência estrangeira .....	806
646.	Procedimento do <i>exequatur</i> .....	807
<b>§ 73.</b>	<b>Ação Rescisória .....</b>	<b>808</b>
647.	Conceito .....	808
648.	Pressupostos.....	810
649.	Ação rescisória: decisão de mérito e decisão incidental de questão prejudicial..	813
650.	Decisões terminativas rescindíveis .....	815
651.	Rescisão parcial.....	817
652.	Casos de admissibilidade da rescisória .....	818
653.	Prevaricação, concussão ou corrupção do juiz (art. 966, I).....	818
654.	Impedimento ou incompetência absoluta do juiz (art. 966, II).....	819
655.	Dolo ou coação da parte vencedora (art. 966, III).....	820
656.	Simulação ou colusão para fraudar a lei (art. 966, III).....	822
657.	Ofensa à coisa julgada (art. 966, IV).....	822
658.	Violação manifesta de norma jurídica (art. 966, V) .....	824
658-A.	Natureza da norma violada.....	829
658-B.	Ofensa à norma reguladora dos honorários advocatícios sucumbenciais .....	829
659.	Ofensa manifesta a norma e oscilação da jurisprudência .....	830
660.	Ofensa à norma constitucional (ainda o art. 966, V) .....	832
660-A.	Decisão que se fundamentou em lei posteriormente declarada inconstitucional pelo STF.....	835
660-B.	Decisão que deixou de aplicar lei por considerá-la inconstitucional, mas cuja constitucionalidade foi posteriormente declarada pelo STF.....	835
660-C.	Ofensa à jurisprudência uniformizada pelo STJ.....	836
661.	Falsidade de prova (art. 966, VI).....	836
662.	Prova nova (art. 966, VII) .....	837
663.	Erro de fato (art. 966, VIII).....	839
664.	Ação anulatória: atos judiciais não sujeitos à ação rescisória.....	841
664-A.	Divergência doutrinária acerca do cabimento da ação anulatória .....	842
664-B.	Autocomposição e título executivo judicial.....	845
665.	Atos sujeitos à ação anulatória .....	846
666.	Atos não sujeitos à ação anulatória, pois demandam rescisória .....	847
667.	Fundamentos da ação anulatória .....	847
668.	Prazo para ajuizamento da ação.....	848
669.	Natureza da ação .....	848
670.	Sentença homologatória em processo contencioso .....	848
670-A.	Anulação e rescisão de partilha.....	849

671.	Legitimação .....	850
672.	Legitimação do Ministério Público .....	851
673.	Legitimação passiva .....	853
674.	Citação tardia do litisconsorte necessário .....	854
675.	Rescisão de decisão objetivamente complexa .....	855
676.	Caução .....	855
677.	Competência.....	856
678.	O pedido: <i>judicium rescindens</i> e <i>judicium rescissorium</i> .....	858
678-A.	Valor da causa.....	859
678-B.	Restituição dos honorários advocatícios fixados na sentença quando a rescisória é acolhida.....	859
679.	Multa de 5% sobre o valor da causa.....	861
680.	A execução da sentença rescindenda .....	862
681.	Indeferimento da inicial.....	863
682.	Procedimento .....	864
682-A.	Revisor no processamento da ação rescisória, perante o STJ.....	866
683.	Natureza e conteúdo da decisão .....	868
683-A.	A verba sucumbencial da sentença rescindenda: custas e honorários de advogado.....	869
684.	A rescisória e os direitos adquiridos por terceiros de boa-fé .....	869
685.	Preservação de efeitos da sentença rescindida.....	872
686.	Rescisória de rescisória .....	873
687.	Prazo de propositura da ação rescisória.....	874
688.	Rescisão de sentença complexa ou de coisa julgada formada progressivamente.....	876
689.	A Súmula nº 401 do Superior Tribunal de Justiça .....	881
690.	Contagem do prazo .....	882
691.	Extinção da ação rescisória por abandono da parte.....	885
692.	Prorrogação de competência do STF e do STJ em matéria de rescisória .....	885
693.	Sentença nula de pleno direito .....	887
<b>§ 74.</b>	<b>Incidente de resolução de demandas repetitivas .....</b>	<b>892</b>
694.	Conflitos individuais e conflitos coletivos.....	892
695.	Natureza jurídica do incidente .....	893
696.	Força de coisa julgada e força executiva.....	894
696-A.	O conteúdo do julgamento que acolhe o incidente de resolução de demandas repetitivas.....	895
697.	Cabimento do incidente .....	896
698.	Objetivos do incidente .....	898
699.	Incidente de resolução de demandas repetitivas e incidente de assunção de competência.....	899
700.	Legitimidade para a promoção do incidente .....	900
701.	Incidente instaurado a partir de processo já em curso no tribunal de segundo grau .....	901
702.	Desistência ou abandono do processo .....	902
703.	Participação do Ministério Público .....	902
704.	Competência .....	902
705.	Detalhes do procedimento .....	903

705.1.	Padronização de procedimentos administrativos relacionados com o julgamento dos casos repetitivos e do incidente de assunção de competência.....	908
706.	Força vinculante da decisão do incidente .....	909
706.1.	Força vinculante e teoria da distinção .....	910
707.	Publicidade especial .....	911
708.	Recursos .....	911
709.	Reclamação .....	913
710.	Revisão da tese firmada no incidente .....	914
<b>§ 75.</b>	<b>Reclamação</b> .....	<b>916</b>
711.	Histórico.....	916
712.	Natureza da reclamação .....	917
713.	Cabimento.....	918
714.	Legitimidade.....	922
715.	Procedimento .....	923

## Parte VII – Recursos

### CAPÍTULO XXVII – SISTEMA RECURSAL DO PROCESSO CIVIL

<b>§ 76.</b>	<b>Recursos</b> .....	<b>927</b>
716.	Conceito .....	927
717.	Recursos e outros meios impugnativos utilizáveis contra decisões judiciais .....	928
718.	Classificação dos recursos.....	929
719.	Fundamento e natureza do direito ao recurso .....	932
720.	Atos sujeitos a recurso .....	933
721.	Recursos admissíveis .....	934
722.	Reclamação .....	935
723.	Correição parcial.....	935
724.	A técnica de julgamento dos recursos.....	937
724.1.	Julgamento ampliado, em caso de falta de unanimidade .....	938
724.2	Julgamento ampliado, em caso de agravo de instrumento e de ação rescisória.....	939
<b>§ 77.</b>	<b>Princípios gerais dos recursos</b> .....	<b>940</b>
725.	Princípios fundamentais dos recursos civis.....	940
726.	Enumeração dos princípios fundamentais observados pela sistematização legal dos recursos civis .....	941
727.	Princípio do duplo grau de jurisdição.....	942
728.	Princípio da taxatividade .....	945
729.	Princípio da singularidade.....	946
730.	Princípio da fungibilidade .....	947
731.	Princípio da dialeticidade .....	949
732.	Princípio da voluntariedade .....	950
733.	Princípio da irrecorribilidade em separado das interlocutórias.....	951
734.	Princípio da complementaridade: inaplicabilidade aos recursos civis .....	952

735.	Princípio da vedação da <i>reformatio in pejus</i> .....	952
736.	A possível piora da situação do recorrente na hipótese do § 3º do art. 1.013 do CPC/2015 .....	953
737.	Princípio da consumação.....	955
<b>§ 78.</b>	<b>Disposições gerais relativas aos recursos civis.....</b>	<b>957</b>
738.	Juízo de admissibilidade e juízo de mérito dos recursos .....	957
739.	Objeto do juízo de admissibilidade: requisitos intrínsecos e requisitos extrínsecos .....	958
740.	Cabimento: atos judiciais recorríveis .....	958
741.	Tempestividade do recurso.....	959
742.	Recurso interposto antes da publicação do julgado .....	963
743.	Recurso interposto antes do julgamento de embargos de declaração pendentes .....	965
744.	Casos especiais de interrupção do prazo de recurso.....	967
745.	Legitimação para recorrer.....	968
746.	Particularidades do recurso de terceiro .....	972
747.	Recurso de terceiro e coisa julgada.....	974
748.	Interesse de recorrer e extinção do processo por meio de decisão em favor do recorrente.....	975
749.	Legitimidade do Ministério Público para recorrer.....	976
750.	Singularidade do recurso .....	976
751.	Adequação e fungibilidade dos recursos .....	976
752.	Preparo .....	977
753.	Motivação e forma .....	979
754.	Renúncia e desistência em matéria de recursos.....	981
755.	Aceitação expressa ou tácita da sentença.....	983
756.	Recurso adesivo.....	984
757.	Julgamento singular e coletivo do recurso em segundo grau .....	986
758.	A recorribilidade necessária da decisão singular do relator.....	988
<b>§ 79.</b>	<b>Efeitos da interposição do recurso.....</b>	<b>990</b>
759.	Efeitos básicos do recurso: devolutivo e suspensivo.....	990
760.	Efeito substitutivo .....	990
761.	Efeito translativo .....	991
762.	Efeito expansivo .....	993
<b>§ 80.</b>	<b>A Apelação .....</b>	<b>995</b>
763.	Conceito .....	995
764.	O CPC/2015 e a superação das dificuldades conceituais do Código anterior em relação à sentença.....	995
765.	Apelação e decisões incidentais excluídas das hipóteses de agravo de instrumento.....	996
766.	Interposição da apelação.....	997
767.	Efeitos da apelação.....	998
768.	Questão relevante a respeito do efeito devolutivo da apelação contra sentença terminativa.....	1003
769.	Questão de fato e questão de direito.....	1005

770.	Vinculação do tribunal ao dever de julgar o mérito na hipótese do § 3º do art. 1.013.....	1006
770-A.	Posição consolidada do STJ.....	1008
771.	Prescrição e decadência.....	1009
772.	A apelação e as nulidades sanáveis do processo .....	1010
773.	Tutela provisória e o efeito suspensivo da apelação .....	1011
774.	Recebimento da apelação.....	1011
775.	A irrecorribilidade da sentença proferida em conformidade com súmula do STJ ou do STF .....	1013
776.	Juízo de retratação: reexame da matéria decidida na sentença apelada por ato de seu próprio prolator.....	1014
777.	Deserção.....	1015
778.	Prazo para interposição da apelação .....	1015
779.	Interposição de apelação antes do julgamento dos embargos de declaração.....	1016
780.	Julgamento em segunda instância .....	1017
	780.1 Julgamento com <i>quorum</i> ampliado.....	1017
<b>§ 81.</b>	<b>Agravo de instrumento</b> .....	1019
781.	Conceito .....	1019
782.	Espécies de agravo .....	1020
783.	Recorribilidade das decisões interlocutórias.....	1022
783-A.	Decisão interlocutória e mandado de segurança.....	1023
784.	Agravo de instrumento .....	1024
	784.1. Taxatividade dos casos questionáveis por meio de agravo de instrumento .....	1026
	784.2. Decisões interlocutórias do processo de recuperação judicial e falência .....	1028
785.	Prazo de interposição .....	1029
786.	Formação do instrumento do agravo.....	1029
787.	Efeitos do agravo de instrumento .....	1031
788.	Processamento do agravo de instrumento.....	1032
789.	O contraditório.....	1035
790.	Juízo de retratação do magistrado <i>a quo</i> .....	1036
791.	Julgamento do recurso pelo colegiado .....	1037
792.	Encerramento do feito .....	1037
793.	Formação da coisa julgada antes do julgamento do agravo .....	1038
<b>§ 82.</b>	<b>Agravo interno</b> .....	1041
794.	Conceito .....	1041
795.	Procedimento .....	1041
796.	Efeitos do agravo interno .....	1042
797.	Sustentação oral.....	1043
798.	Fungibilidade.....	1043
<b>§ 83.</b>	<b>Embargos de Declaração</b> .....	1045
799.	Conceito e cabimento.....	1045
800.	Pressupostos dos embargos de declaração.....	1046
801.	Obscuridade no julgamento .....	1047

802.	Contração .....	1048
803.	Omissão .....	1049
804.	Hipóteses de omissão .....	1051
805.	Erro material.....	1052
806.	Compreensão extensiva do cabimento dos embargos de declaração.....	1054
807.	Procedimento .....	1057
808.	Prequestionamento.....	1058
809.	Efeito interruptivo.....	1059
810.	Recurso interposto antes dos embargos de declaração.....	1061
811.	Efeito suspensivo especial.....	1062
811-A.	Possibilidade de concessão de efeito suspensivo.....	1063
812.	Efeito integrativo.....	1064
813.	Embargos manifestamente protelatórios .....	1065

### CAPÍTULO XXVIII – RECURSOS PARA O SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL E PARA O SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

<b>§ 84.</b>	<b>Recurso ordinário.....</b>	<b>1069</b>
814.	Introito.....	1069
815.	Recurso ordinário para o STF .....	1070
816.	Recurso ordinário para o STJ .....	1072
<b>§ 85.</b>	<b>Recurso extraordinário e especial.....</b>	<b>1075</b>
817.	Recurso extraordinário .....	1075
818.	Pressupostos do recurso extraordinário .....	1076
819.	Repercussão geral das questões constitucionais debatidas no recurso extraordinário .....	1081
820.	Conceituação legal de decisão que oferece repercussão geral.....	1083
821.	Procedimento no STF.....	1085
822.	Reflexos da decisão acerca da repercussão geral .....	1086
823.	O procedimento regimental de apreciação da arguição de repercussão geral pelo Plenário do STF .....	1088
824.	Formas de solução tácita da arguição de repercussão geral .....	1089
825.	Procedimentos a serem adotados após o reconhecimento da repercussão geral.....	1089
826.	Função do recurso extraordinário .....	1091
827.	Efeitos do recurso extraordinário .....	1091
828.	Processamento do recurso extraordinário.....	1094
829.	O preparo dos recursos para o STF e para o STJ .....	1098
830.	O recurso extraordinário por via eletrônica.....	1098
831.	Julgamento do recurso e julgamento da causa .....	1099
832.	Julgamento incompleto do recurso extraordinário, no juízo de revisão .....	1102
833.	Poderes do relator .....	1104
834.	Recurso especial para o STJ.....	1105
835.	Jurisprudência formada antes da Constituição de 1988 .....	1109
836.	Jurisprudência do STJ formada após a Constituição de 1988.....	1110
836-A.	Juízo de cassação e juízo de reexame, no âmbito do recurso especial. Controle de constitucionalidade.....	1117

837.	Recurso especial fundado em dissídio jurisprudencial .....	1118
838.	Obtenção de efeito suspensivo excepcional para o recurso especial.....	1119
839.	Concomitância de recurso extraordinário e recurso especial.....	1120
840.	Fungibilidade entre o recurso especial e o recurso extraordinário .....	1120
840-A.	Cabimento de recurso extraordinário contra decisão do STJ em recurso especial .....	1121
840-B.	Reclamação concomitante ao recurso extraordinário.....	1122
841.	Preferência do julgamento do mérito dos recursos especial e extraordinário....	1124
842.	Recurso especial e recurso extraordinário adesivo.....	1124
<b>§ 86.</b>	<b>Recursos especial e extraordinário repetitivos</b> .....	<b>1128</b>
843.	Introdução.....	1128
844.	Os recursos especial e extraordinário repetitivos .....	1129
845.	Procedimento traçado nas causas repetitivas para observância do tribunal de origem.....	1130
846.	Ampliação da técnica de julgamento de processos repetitivos aos demais tribunais .....	1133
847.	Desistência do recurso-padrão.....	1134
848.	Procedimento traçado nas causas repetitivas para observância do STJ e do STF .....	1135
849.	Efeitos do acórdão do STJ ou do STF nas causas repetitivas.....	1140
849-A.	Revisão da tese firmada em recursos especial e extraordinário repetitivos.....	1143
850.	Desistência da ação em primeiro grau de jurisdição.....	1143
<b>§ 87.</b>	<b>Agravo em recurso especial e extraordinário</b> .....	<b>1145</b>
851.	O agravo em recurso especial e em recurso extraordinário .....	1145
852.	Cabimento do agravo para o tribunal superior e para o tribunal de origem .....	1146
853.	Interposição e contraditório .....	1146
854.	Remessa à Corte Superior.....	1146
855.	Julgamento .....	1147
856.	Interposição conjunta de recursos extraordinário e especial.....	1147
<b>§ 88.</b>	<b>Embargos de divergência no STF e no STJ</b> .....	<b>1149</b>
857.	Embargos de divergência no STF e no STJ.....	1149
858.	Alguns problemas superados pelo CPC/2015.....	1151
859.	Procedimento no STJ.....	1153
860.	Procedimento no STF.....	1154
<b>§ 89.</b>	<b>O sistema recursal e a autoridade normativa dos tribunais superiores</b> .....	<b>1156</b>
861.	Força vinculante da jurisprudência exercida por meio dos recursos.....	1156
862.	Ampliação da força vinculante da jurisprudência.....	1160
<b>§ 90.</b>	<b>Direito intertemporal em matéria de recursos</b> .....	<b>1161</b>
863.	Posição do atual Código.....	1161
864.	Princípios norteadores do direito intertemporal dos recursos .....	1161
<b>§ 91.</b>	<b>Disposições finais e transitórias</b> .....	<b>1165</b>
865.	Direito intertemporal .....	1165
866.	Direito probatório .....	1167

867.	Procedimento comum como regra geral .....	1168
868.	Cadastramento das pessoas jurídicas públicas e privadas para efeito dos atos de comunicação processual por via eletrônica .....	1168
869.	Execução contra devedor insolvente .....	1168
870.	Atos processuais eletrônicos e certificação digital.....	1168
871.	Trânsito em julgado de questões prejudiciais.....	1169
872.	Depósito judicial .....	1169
873.	Custas devidas à União, na Justiça Federal.....	1170
874.	Procedimentos dos juizados especiais cíveis .....	1170
875.	Embargos de declaração da Justiça Eleitoral .....	1171
876.	Alteração do Código Civil .....	1171
877.	Conselho Nacional de Justiça .....	1172
878.	Uniformização do prazo para agravo previsto em lei especial ou em regimento interno de tribunal.....	1172
879.	Instituição do reconhecimento extrajudicial de usucapião .....	1172
879-A.	Alguns detalhes do procedimento extrajudicial de reconhecimento de usucapião.....	1174
880.	Revogação de disposições existentes em outras leis.....	1175
881.	Situação especial em relação ao Código Civil .....	1180
882.	Pré-eficácia do novo Código de Processo Civil de 2015.....	1181
<b>Bibliografia.....</b>		<b>1183</b>
<b>Índice Onomástico.....</b>		<b>1207</b>
<b>Índice Alfabético de Assuntos .....</b>		<b>1213</b>
<b>Índice dos Fluxogramas.....</b>		<b>1247</b>